



PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO

Relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP



O QUE SÃO TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Os territórios quilombolas existem em várias regiões do Brasil, onde vivem as populações chamadas de “remanescentes de quilombos”. A maioria destes grupos está fora das áreas urbanas e se caracteriza pela ancestralidade escrava, pelas redes de parentesco e fortes relações com o local onde vivem. Em 1988, a Constituição Federal reconheceu os direitos territoriais dos quilombolas:

“aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (artigo 68).

O conceito de território de quilombos assumido atualmente refere-se a um local necessário à reprodução social do grupo-e, incluindo a memória histórica, as expressões culturais e suas formas próprias de apropriação do espaço. Os territórios quilombolas começaram a ser reconhecidos a partir do entendimento de que as comunidades quilombolas formam um grupo étnico (Barth, 1969), com traços diacríticos que as distinguem de outros grupos (O’Dwyer, 2002).

Reconhecidas como populações tradicionais as comunidades quilombolas dependem da terra, que é, a um só tempo, capital natural, meio de sobrevivência, de reprodução da vida e da sociedade e também expressão da territorialidade. Para além de sua dimensão física e de sua importância como provedor de recursos, o território é um lugar que inspira um sentimento de pertencimento, fornece elementos constitutivos da própria identidade do grupo e está investido de uma história e uma memória particular, construída pela coletividade que o ocupa.

A segurança territorial é fundamental para as comunidades expressarem seu modo de ver e estar no mundo e planejar seu futuro.

AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O VALE DO RIBEIRA

O Vale do Ribeira abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, e está localizado entre São Paulo e Curitiba, duas das capitais mais ricas do Brasil.

Considerado um dos mais ricos conjuntos de ecossistemas do planeta, a Mata Atlântica hoje está reduzida a 7% de sua área original, ou a aproximadamente 100 mil km². Desse total, 23% se situam no Vale do Ribeira. (Prochnow, 2008).

Em 1999, Unesco concedeu ao Vale o título de Patrimônio Natural da Humanidade. Tal patrimônio está preservado em um mosaico de Unidades de Conservação (UCs), entre elas: Mosaico da Juréia, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Mosaico do Jacupiranga, Mosaico de Unidades de Conservação do Paranapiacaba, Parque Estadual da Campina do Encantado e Estação Ecológica dos Chauás. A região abriga grande diversidade sociocultural representada

por quilombolas, caiçaras e indígenas; compondo com as UCs um dos mais importantes corredores socioambientais do país .

Apesar da riqueza social e ambiental, o Vale apresenta os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Sudeste brasileiro. Convive com conflitos socioambientais históricos, decorrentes de um modelo de desenvolvimento que por um lado o enxerga como fornecedor barato de recursos naturais (mineração e energia), monocultura (silvicultura e agropecuária) e exclusão da população local no processo de desenvolvimento e, por outro, vê a necessidade de conservação da natureza sem o reconhecimento do papel histórico e perspectiva de futuro que as comunidades tradicionais têm para a manutenção dessa sociobiodiversidade.

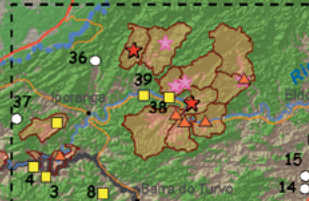
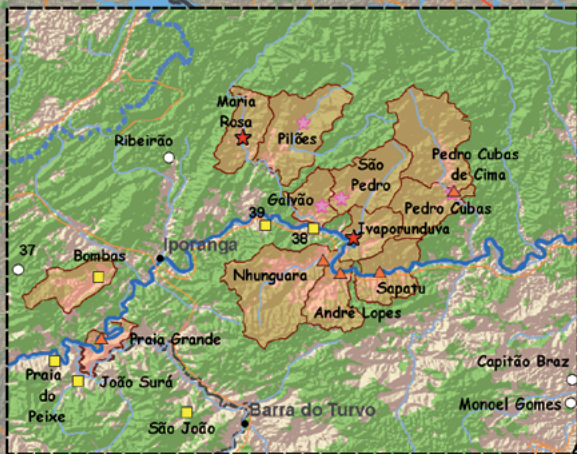
No lado paulista do Vale está a maior concentração de comunidades quilombolas do Estado, localizadas próximas de onde se implementam as Unidades de Conservação. Outras comunidades compõem a Área de Proteção Ambiental Quilombos do Médio Ribeira. Compartilhando seus limites territoriais com UCs e entre comunidades, os territórios quilombolas fazem parte de um sistema que contribuiu para conservar a porção paulista da Mata Atlântica.

A origem das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira data do início da extração de ouro no Rio Ribeira de Iguape em meados do século XVII. Nos primeiros anos do século XIX, a atividade entrou em decadência, entre outros aspectos, com a descoberta de minérios na região das Minas Gerais. Muitos dos fazendeiros e exploradores de ouro da região abandonaram suas terras, algumas já habitadas por ex-escravos. Estes formaram comunidades negras que habitam territórios às margens do Rio Ribeira até hoje, entre os municípios de Iporanga e Eldorado.

De acordo com os dados oficiais do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, atualmente, são 54 comunidades quilombolas localizadas no Estado, distribuídas no Litoral Norte, na região de Sorocaba e no Vale do Ribeira, onde se concentram em maior número nos municípios de Itaóca e Iporanga (Alto Vale); Eldorado e Registro (Médio Vale); Iguape e Cananéia (Baixo Vale).

Até junho de 2012 foram reconhecidas 28 comunidades quilombolas no Estado de São Paulo, das quais 21 no Vale do Ribeira e destas, seis foram tituladas. Outras quatro estão na fase de reconhecimento, aguardando a definição de área, quatro estão com processos abertos aguardando início dos trabalhos de reconhecimento, quatro estão com os estudos antropológicos iniciados e paralisados, duas estão com o laudo antropológico em elaboração pelo Ministério Público Federal, uma fez solicitação de reconhecimento ao Incra.

Segundo a Equipe de Articulação e Assessoria das Comunidades Negras e Quilombolas do Vale do Ribeira (EAACONE) , há mais comunidades apontadas que as oficialmente listadas pelo Estado, cerca de 63 no Vale do Ribeira.



- Base cartográfica**
- Capital estadual
 - Cidade
 - ▭ Limite Estadual (SP - PR)
 - ▭ Limite Municipal
 - ▭ Território Quilombola
 - ▭ Rio ou Córrego
 - ▭ Estrada Secundária
 - ▭ Estrada Principal

Quilombos
Situação dos Territórios

- Apontado para Identificação e/ou Reconhecimento
- ▭ Identificado pela Fundação Palmares e/ou Órgão Estadual Competente
- ▭ Reconhecido pelo INCRA e/ou Órgão Estadual Competente
- ▭ Titulado Parcialmente
- ★ Titulado Integralmente

- 1 Tatupeva, Adrianópolis, PR
- 2 Bairro dos Roque, Adrianópolis, PR
- 3 João Surú, Adrianópolis, PR
- 4 Praia do Peixe, Adrianópolis, PR
- 5 Porto Velho - PR, Adrianópolis, PR
- 6 Sete Barras, Adrianópolis, PR
- 7 Córrego das Moças, Adrianópolis, PR
- 8 São João, Adrianópolis, PR
- 9 Córrego do Franco, Adrianópolis, PR
- 10 Estreitinho, Adrianópolis, PR
- 11 Três Canais, Adrianópolis, PR
- 12 Pedra Preta/Paraíso, Barra do Turvo, SP
- 13 Areia Branca, Bocaiúva do Sul, PR
- 14 Manoel Gomes, Cajati, SP
- 15 Capitão Braz, Cajati, SP
- 16 Sete Saltos, Campo Largo, PR
- 17 Palmítal dos Pretos, Campo Largo, PR
- 18 Rio das Minas, Cananéia, SP
- 19 Porto Cubatão, Cananéia, SP
- 20 Ex-Colônia Velha, Cananéia, SP
- 21 Taquari/Santa Maria, Cananéia, SP
- 22 Varadouro, Cananéia, SP
- 23 São Paulo Bagre, Cananéia, SP
- 24 Serra do Apon, Castro, PR
- 25 Limitão, Castro, PR
- 26 Mamans, Castro, PR
- 27 Queimadinhos, Dr. Ulysses, PR
- 28 Varzeão, Dr. Ulysses, PR
- 29 Bananal Pequeno, Eldorado, SP
- 30 Abobral Marg. Esque., Eldorado, SP
- 31 Bairro do Engenho, Eldorado, SP
- 32 Batuva, Guararecoba, PR
- 33 Rio Verde, Guararecoba, PR
- 34 Momuna, Iguape, SP
- 35 Bairro da Aldeia, Iguape, SP
- 36 Ribeirão, Iporanga, SP
- 37 Desidério, Iporanga, SP
- 38 Castelhanos, Iporanga, SP
- 39 Pirinica, Iporanga, SP
- 40 Padre André I, Jacupiranga, SP
- 41 Padre André II, Jacupiranga, SP
- 42 Lengol, Jacupiranga, SP
- 43 Biguá Preto, Miracatu, SP
- 44 Faj, Miracatu, SP
- 45 Biguazinho, Miracatu, SP
- 46 Caiacanga, Registro, SP

Territ. Apontados Não Especializados:
 Iguape/SP: Pavão, Iratins, Patrimônio e Coveiro. Cajati/SP: Morro Grande, Vila Andréia e Mandira. Eldorado/SP: Bananal Pequeno, Cascolheiras e Abobral Margem Direita. Cananéia/SP: Pontal, Itaipangui e Anri (reconhecido). Barra do Chapéu/SP: Anta Magra, Tocos. Jacupiranga/SP: Taquaruçu. Iporanga/SP: Poco Grande.
Processo Paralizado em: Boa Esperança, Rio da Claudia e Jurumirim



PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO

Relato de experiências em comunidades quilombolas
do Vale do Ribeira/SP

São Paulo, agosto de 2012



O **Instituto Socioambiental (ISA)** é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcantes na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.

www.socioambiental.org

Conselho Diretor: Neide Esterci (presidente), Marina Kahn (vice-presidente), Ana Valéria Araújo, Tony Gross, Jurandir M. Craveiro Jr.

Secretário executivo: André Villas-Bôas

Secretária executiva adjunta: Adriana Ramos

Apoio institucional:

ICCO – Organização Interclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento

NCA – Ajuda da Igreja da Noruega

Programa Vale do Ribeira – Em parceria com associações quilombolas, o Programa Vale do Ribeira <http://www.socioambiental.org/prg/rib.shtm> desenvolve projetos que contribuem para o desenvolvimento sustentável, a geração de renda, e a conservação e melhoria da qualidade de vida das comunidades quilombolas da Bacia do Ribeira. A área de atuação abrange a Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, localizados no sudeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná.

O objetivo do programa Vale do Ribeira é auxiliar na construção de políticas públicas com interface em recursos naturais e comunidades tradicionais. O programa está dividido em três linhas de ação: Desenvolvimento Local Sustentável; Monitoramento Socioambiental Regional e Educação e Cultura.

Atualmente o programa atua diretamente em 17 comunidades e as ações indiretas, voltadas para políticas públicas, atingem outras comunidades tradicionais.

O programa também participa de duas campanhas regionais: coordena a campanha Cílios do Ribeira <http://www.ciliosdoribeira.org.br/>, em parceria com o Instituto Vidágua e participa da Campanha contra as Barragens do Ribeira <http://www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira/>, em parceria com diversas organizações locais e regionais.

Equipe do Programa: Nilto Tatto (Coordenador), Raquel Pasinato (Coordenadora adjunta), Anna Maria Andrade, Camila Pontes Abu-Yaghi, Ivy Wiens, Julio Gabriel R. C. de Moraes, Juliana Ferreira, Marcos Miguel Gamberini, Maurício de Carvalho, Maria Fernanda do Prado, Náutica Pupo Pereira, Renato Flávio Rezende Nestlehner, Wellington Fernandes,

São Paulo (sede)
Av. Higienópolis, 901
01238-001 São Paulo – SP – Brasil
tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904 / isa@socioambiental.org

Brasília
SCLN 210, bloco C, sala 112
70862-530 Brasília – DF – Brasil
tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121 / isadf@socioambiental.org

Eldorado
Rua Paula Souza, 103
11960-000 Eldorado – SP – Brasil
tel: (13) 3871-1697/1545 / isaribeira@socioambiental.org

PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO – Relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira/SP - © ISA

AUTORA: Raquel Pasinato

COLABORADORES NOS TEXTOS: Maria Fernanda Prado, Rosely Alvim Sanches, Renato Flávio Resende Nestlehner

REVISÃO E EDIÇÃO DE TEXTOS: Nilto Tatto, Rosely Alvim Sanches

PROJETO GRÁFICO/EDITORIAÇÃO: Vera Feitosa

ILUSTRAÇÕES: Vitor Flynn



Agradecimentos:

As comunidades quilombolas de São Pedro e Morro Seco, que possibilitaram a realização do trabalho e foram os atores principais que dão vida a este material. Em especial aos agentes locais Crisleide de França da Silva, Daniela Joana de França, Edemilson de França, Sidnéia Morato, Vanessa de França (Quilombo São Pedro), Armando Modesto Pereira e Porfíria Cândio (Quilombo Morro Seco).

AO Itesp, Instituto de Terras do Estado de São Paulo que forneceu informações de seus levantamentos com dados sobre a comunidade que ajudaram nas conversas para reflexão da realidade do quilombo, além de participar e contribuir em algumas oficinas e reuniões. À Eacone – Equipe de Articulação e Assessoria às comunidades Negras que participou de oficinas trazendo pontos importantes de reflexão como a titulação do território e a Legislação Ambiental.

À USP – Leste e o Instituto de Botânica do Estado de São Paulo, com o grupo de pesquisadores coordenados pela Dra. Cristina Adams e pelo Dr. Eduardo Cabral, e em especial à pesquisadora Lúcia Munari, pela contribuição do grupo com as pesquisas sobre a agricultura quilombola e as roças tradicionais, fortalecendo o debate com a Secretaria do Meio Ambiente a favor do modo tradicional de fazer roças.

Aos técnicos Luca Fanelli, Paola Colombo Posta, Karin Ingrid Rettl que contribuíram na elaboração e na fase inicial do projeto.

A equipe técnica do Programa Vale do Ribeira pelas contribuições em temas específicos. Ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, nosso financiador que possibilitou a realização desta publicação.

À Agência de Cooperação Espanhola (Aecid) e à Ajuda da Igreja da Noruega/Operação dia do Trabalho (AIN/OD), que possibilitaram os recursos financeiros para a equipe envolvida no desenvolvimento das atividades em campo.

Sumário

APRESENTAÇÃO

O contexto do projeto: planejamento territorial participativo.....	5
Porque planejar o território quilombola	6
O que é este material?.....	7

INTRODUÇÃO	9
------------------	---

RECOMENDAÇÕES SOBRE PROCEDIMENTOS PARA PROJETOS PARTICIPATIVOS	11
Processo de sensibilização	11
Processo de mobilização.....	11
Envolvimento e participação	11
Andamento prático	13

A EXPERIÊNCIA DESENVOLVIDA COM AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE SÃO PEDRO/ELDORADO/SP E MORRO SECO/IGUAPE/SP	19
---	----

Reuniões preparatórias para iniciar o planejamento	19
--	----

1º Passo: Entendendo o que é planejamento e gestão territorial	19
2º Passo: Elegendo os objetivos da comunidade	21
3º Passo: Olhar sobre o passado, presente e futuro	23
4º Passo: Classificar as demandas em relação à prioridade e tempo de execução	29
5º Passo: Abordar temas prioritários de planejamento e gestão territorial	31
Ciclo de oficinas: Quilombo que Queremos	31
Oficina Patrimônio Cultural e Turismo.....	32
Oficina Agricultura e Extrativismo.....	37
Oficina Adequação Ambiental	41
Oficina de Validação: validar os resultados de forma participativa	45
Oficina de Projetos: construir um projeto com ações prioritárias	47
Atividades Complementares.....	50
Visitas de monitoramento e mobilização	50
Levantamento de dados de campo – Diagnóstico rural participativo (DRP).....	50
Elaboração do Banco de Dados	51
6º Passo: Sistematização da informação e elaboração do caderno de planejamento territorial para as comunidades	53
7º Passo: Implementação do planejamento territorial participativo	53
A importância do fortalecimento organizativo local.....	53

A relação/rede de parceiros	54
O acesso a recursos financeiros e formação de recursos humanos locais.....	54
Revisitar o planejamento.....	55
O compromisso coletivo com o desenvolvimento do território	56
ATIVIDADES LÚDICAS APLICADAS	
Dinâmica de recorte de revistas	57
Jogo Tangran.....	57
A ilha	58
Dinâmica do nó humano	59
Dinâmica do barco	59
Dinâmica da dança das cadeiras.....	60
Dinâmica do “qualidade”	60
Dinâmica do “pegadinha animal”	61
Dinâmica dos autógrafos.....	61
Dinâmica do cabo da paz	61
Dinâmica do sorriso feliz	62
Dança das mãos.....	62
Dinâmica da escultura	62
FERRAMENTAS METODOLÓGICAS DO DRP (DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO) E OUTRAS UTILIZADAS NO PROJETO	
Mapa falado e/ou mapa de percepção	63
Diagrama de Venn	64
Agenda de compromissos – planejamento, avaliação e sistematização	65
Ficha de acompanhamento, avaliação, sistematização do projeto	66
Roteiro para o mapeamento participativo: exemplo de como foi planejada a execução da atividade para a oficina	66
Exemplo da ficha de avaliação.....	69
Exemplo de questionários para DRP – Diagnóstico Rural Participativo – questionário agrícola/extrativista aplicado.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA	79

A apresentação

O contexto do projeto: planejamento territorial participativo

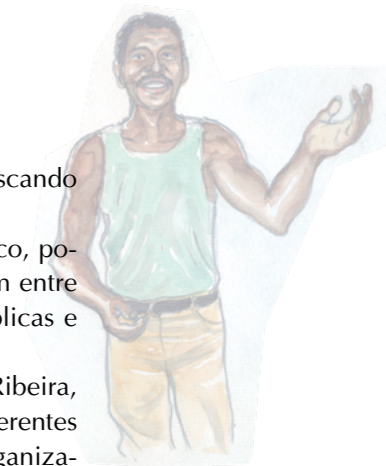
A partir da Agenda Socioambiental Quilombola, de 2008, iniciou-se um conjunto de ações buscando o atendimento das demandas apontadas com destaque para às relacionadas a roças.

Pensar no desenvolvimento desses territórios implica contemplar os contextos socioeconômico, político e ambiental mais amplos. As comunidades quilombolas, mesmo as mais isoladas, interagem entre si e com a população de seu entorno e são constantemente impactadas ou alvo de políticas públicas e legislações no âmbito regional, estadual e nacional.

Um exemplo é o licenciamento ambiental de roças para a agricultura tradicional no Vale do Ribeira, um tema de profundo interesse e importância para os agricultores de modo geral e que permeia diferentes arenas de debates entre gestores públicos, pesquisadores, técnicos de organizações públicas, de organizações não governamentais e as populações tradicionais que vivem na Mata Atlântica.

Nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira em geral a agricultura e o extrativismo são as principais fontes de alimentação e renda, com a venda do excedente produzido. Porém, paradoxalmente a agricultura tradicional ou de subsistência tem sido comprometida pela legislação ambiental, em função das limitações e restrições ao uso da terra (por exemplo, em áreas com alta declividade e próximo às margens dos rios, que são consideradas Áreas de Preservação Permanente-APPs) e o impedimento para abertura de novas áreas de roças. Considerando as características físicas e ambientais abrangidas nos territórios quilombolas, essas restrições ocasionaram a interrupção de licenças para roças durante 2006-2009.

Diante desse fato, durante quatro anos as comunidades quilombolas se organizaram e debateram o licenciamento ambiental com os técnicos do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e o extinto DEPRN (Departamento Estadual de Recursos Naturais) que atualmente se incorporou à Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), com apoio de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), do Instituto de Botânica do Estado de São Paulo, da Fundação Florestal e do Instituto Socioambiental (ISA). O resultado desse debate foi a aprovação da *Resolução SMA-027, de 30-03-2010*, que por um lado contempla também todas as outras comunidades tradicionais que vivem na Mata Atlântica do Estado de São Paulo, mas ainda não assegura por completo a garantia de abertura de novas áreas de roças em estágios avançados de floresta.



O debate continua e o direito à manutenção das roças e toda expressão e riqueza cultural a elas associadas se mantêm ameaçado.

Porque planejar o território quilombola

Durante o processo de discussão sobre o licenciamento de roças, as comunidades ficaram motivadas a planejar ações e atividades no território, diante das reais necessidades para sustentação física e cultural. Os entraves legais geraram a necessidade de estabelecer e alimentar um diálogo permanente com os diferentes agentes sociais (a comunidade, o governo, os tecnocratas e os cientistas) e pensar estratégias de organização territorial e alternativas de desenvolvimento compatíveis com a cultura tradicional e a conservação da biodiversidade.

Para estruturar as propostas para o desenvolvimento territorial, a ferramenta de planejamento mostrou-se adequada para contextualizar recursos existentes, necessidades futuras e possíveis soluções para as demandas prioritárias dos territórios quilombolas.

A partir de 2011, foi iniciado o planejamento territorial participativo em duas comunidades quilombolas, Morro Seco, Iguape/SP e São Pedro/Eldorado/SP. A escolha dessas comunidades se deve a diferentes razões. Em São Pedro, a comunidade sempre atuou de forma proativa em diferentes projetos com destaque na luta pelo licenciamento das roças, pautada em parte pelas pesquisas sobre a dinâmica do uso da terra e pela necessidade de organização frente aos desafios de sobrevivência. Em Morro Seco, a comunidade é fortemente organizada em torno da Associação, e sofre sérias limitações espaciais, tendo que lidar com muitos ocupantes terceiros em um território pequeno.

Frente a este contexto das duas comunidades foram inseridos nos debates outros temas que trouxeram desafios de como pensar o futuro das roças (aspecto legal, cultural, ambiental); como resolver os usos em APPs (Áreas de Preservação Permanentes), possíveis locais para a RL (Reserva Legal); como amenizar os impactos do afastamento dos jovens do território em busca de trabalho e renda; como lidar com a ocupação de partes importantes do território por terceiros,¹ revelando a necessidade de reflexão sobre o futuro diante de limitações como espaço e mão de obra local.

Para estas comunidades, o planejamento territorial foi importante para pensar ações baseadas na espacialização do uso atual e futuro, que podem concretizar demandas locais e proporcionar meios para atingir os objetivos do território como a garantia de desenvolvimento e qualidade de vida para as famílias, compatibilizando a sobrevivência da população com o uso sustentável dos recursos naturais em seus espaços territoriais.

Entre os principais produtos obtidos no processo destacam--se o mapeamento participativo de uso atual e futuro dos dois territórios, os planos de ação elaborados e esta publicação que relata para o público

em geral o que é e como foi realizado o planejamento territorial nas comunidades quilombolas de Morro Seco e São Pedro.

O que é este material?

Esta publicação retrata o processo empírico de planejamento territorial, desenvolvido pelo Programa Vale do Ribeira (ISA) nas comunidades de São Pedro e Morro Seco, que resultou em um plano de desenvolvimento local e participativo.

O objetivo deste caderno é descrever o que e como foi executado o planejamento territorial.

Serve para partilhar a metodologia empregada, as lições aprendidas, os desafios e os principais resultados com organizações e pessoas que trabalham com comunidades tradicionais, com outras comunidades rurais ou urbanas e com atores multiplicadores das próprias comunidades em diferentes regiões, que realizam ações semelhantes.

Neste material, o leitor vai encontrar:

Introdução – Mostrando os princípios e práticas inspiradores para a realização do trabalho.

Capítulo 1 – Recomendações para projetos participativos, relatando os cuidados adotados nos processos de sensibilização, envolvimento e participação no projeto.

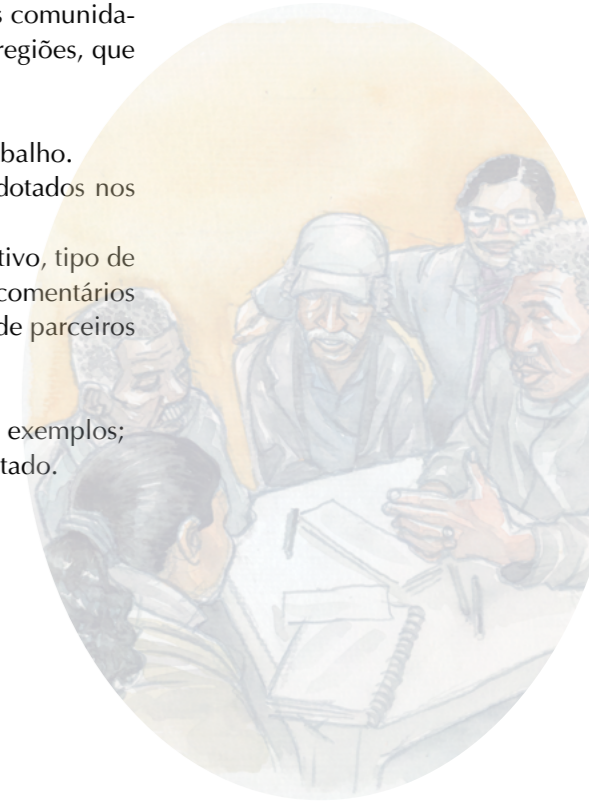
Capítulo 2 – Descrição das atividades realizadas (o que e como foram feitas), o objetivo, tipo de atividade, tempo de duração, principais resultados e lições aprendidas; há ainda breves comentários sobre o processo de implementação do planejamento, bem como a importância da rede de parceiros e do compromisso coletivo para o desenvolvimento territorial.

Capítulo 3 – Detalhamento das atividades lúdicas escolhidas para as atividades;

Capítulo 4 – Descrição das ferramentas metodológicas usadas no projeto com alguns exemplos;

Capítulo 5 – As considerações finais de forma geral na execução do projeto aqui relatado.

¹ Ocupantes não quilombolas que residem no território e ainda não foram indenizados pelo Estado e pelo governo federal. No caso de Morro Seco boa parte do território ainda está nas mãos de terceiros, limitando o uso dos quilombolas. No caso de São Pedro apenas uma área está na posse de terceiro, porém limita o uso, já que a comunidade tem poucas áreas abertas para plantio.



Introdução

“Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”. Paulo Freire

Os caminhos metodológicos deste trabalho passaram pelos campos do etnoconhecimento, da educação ambiental transformadora, da valorização dos saberes e tiveram como objetivo a transformação de uma realidade por meio da metodologia participativa.²

O trabalho que é relatado nesta publicação não foi um projeto de pesquisa acadêmica e sim um projeto no campo da sociedade civil com caráter de intervenção em comunidades rurais, neste caso populações quilombolas.

Primeiramente, ressalta-se que aqui a intervenção é compreendida em uma perspectiva de transformação socioambiental pautada na práxis, ou seja, no “aprender fazendo”.

O papel dos envolvidos na ação buscou fugir da clássica extensão rural que traz conhecimento técnico e não considera a diferente percepção do mundo pelas comunidades rurais.

Um dos princípios norteadores foi a participação, que na educação ambiental transformadora pressupõe a postura ética e responsável das ações na medida em que os indivíduos participam dos processos de iniciativa, decisão e ação no enfrentamento dos problemas socioambientais, conquistam seus espaços. Porém, para que o indivíduo participe efetivamente, conforme Sorrentino (2000) é preciso dar a ele a infraestrutura básica para tal, disponibilizar a informação, criar espaços de locução, deixar claro o processo de tomada de decisão e considerar sua subjetividade.

Neste trabalho foram considerados os aspectos acima como fundamentais para viabilizar a participação das comunidades.

A noção de participação está relacionada a um processo, no qual o indivíduo se reconheça como parte integrante de um determinado grupo social e que se sinta motivado a fazer parte. Para isso é necessário compreender aspectos fundamentais, entre eles, o estímulo que se dá a determinado grupo social em relação a formas de participação, levando em conta o contexto em que ele se insere, o aspecto temporal na comunidade e as formas em que se apresenta, expressas em manifestações diversas (TASSARA 2002).

A comunidade alcança a emancipação quando seus objetivos e ideais encontram tradução em outras comunidades, ou seja, tais objetivos se tornam gerais. Para a concretização desta emancipação na realização de projetos sociais há elementos essenciais que devem se considerados. É necessário definir quem é

² Alguns autores que tratam dos conceitos citados: Loureiro, 2004; Freire, 1983; Carvalho, 1997; Geertz, 1997; Campos (2002).

este sujeito, qual é a cultura daquelas pessoas, como elas encaram ou se aplicam no trabalho, como elas se integram na organização do ambiente e, principalmente, se aquele sujeito ou aquela comunidade deseja nosso projeto utópico de transformação da realidade social (TASSARA, 2002).

Assim, a relação já existente do ISA com as comunidades, o conhecimento acumulado ao longo dos anos de parceria permitiram construir um processo de reflexão, que buscou construir caminhos e a autonomia para a transformação nos territórios quilombolas. Acredita-se que as reais transformações socioambientais podem ocorrer a partir do momento em que os atores envolvidos incorporem em suas práticas os princípios da verdadeira participação e da emancipação social.

Recomendações sobre procedimentos para projetos participativos

Para garantir qualidade nos projetos de desenvolvimento vale cuidar dos detalhes de cada atividade e da organização de todo o processo participativo.

1) Processo de Sensibilização

- ✓ **Partir de um tema de interesse da comunidade:** A demanda real da comunidade deve ser o ponto de partida para a elaboração de qualquer projeto.
- ✓ **Despertar sonhos e ideais:** Se a comunidade quer trabalhar com planejamento territorial é porque quer pensar o seu futuro. Os sonhos são pontapé inicial para traçar um plano.

2) Processos de Mobilização

- ✓ **Manter contato com as lideranças:** O diálogo com as lideranças comunitárias deve ser permanente e feito antes de submeter um projeto.
- ✓ **Ter o apoio de agentes de mobilização:** A comunidade deve indicar as pessoas-chave para acompanhar a execução das atividades. Em São Pedro e Morro Seco, a comunidade selecionou dois “agentes” mobilizadores que contribuíram em cada oficina na organização do espaço para os encontros, na logística de alimentação dos participantes e na mobilização dos moradores.
- ✓ **Diversificar as formas de comunicação para mobilizar as pessoas:** Além de cartazes ou pedir que algum morador avise sobre a reunião, é importante entregar pessoalmente cada convite nas casas contando com a ajuda dos agentes de mobilização. Desta forma, podem-se tirar dúvidas e colher sugestões para a organização do próximo encontro.

3) Envolvimento e Participação

- ✓ **Demonstrar as aplicações das temáticas no dia-a-dia da comunidade:** Para facilitar o entendimento de conceitos é recomendado utilizar muitos exemplos de aplicação no dia a dia da comunidade. Também podem ser usadas dinâmicas específicas que tragam a mensagem dos conceitos e temas a serem trabalhados nas atividades. Isso ajuda a não criar uma aversão dos participantes ao que parece difícil.
- ✓ **Distribuir um informe após cada oficina:** Após cada oficina a equipe organizadora deve relatar os principais acontecimentos e resumi-los em um informe para todas as famílias, com a ajuda dos



agentes mobilizadores. Esta prática contribui para envolver aqueles que não podem estar presentes em algumas reuniões e para manter atualizada a informação sobre o processo.

✓ **Manter frequência de oficinas:** Para que a sensibilização e mobilização não perca força, os encontros devem ocorrer em intervalos curtos de tempo, não mais que um mês e no máximo um a cada mês. Porque assim as pessoas mantêm os assuntos na memória e têm interesse em participar da continuidade.

✓ **Criar relação de confiança:** Temas polêmicos para as comunidades, que adentram na rotina familiar devem ser evitados e tratados com cuidado para não criar um conflito pessoal. Fazer e manter acordos, agir com transparência nas informações e manter posturas que valorizam a coletividade melhoram as relações de confiança.

✓ **Fazer parcerias para execução:** Determinados assuntos requerem a participação de outros parceiros. Assim, de comum acordo com as comunidades é necessário identificar dentro de cada tema quem deve ser chamado para o debate e definir em que pode contribuir. Com isto, algumas ações ganham reforços importantes.

✓ **Organizar detalhadamente cada oficina:** Durante o processo avaliou-se que o grau de envolvimento da equipe organizadora durante a preparação dos encontros era proporcional ao grau de envolvimento dos participantes durante a execução destes encontros. Com a metodologia bem organizada e definida, os resultados esperados são atingidos, as oficinas passam a ter maior participação, mostrando que as pessoas se sentem mais seguras e motivadas quando a equipe técnica está bem preparada para a intervenção.

4) Andamento Prático

✓ **Adequar a linguagem e usar exemplos práticos:** Em cada encontro as apresentações orais ou aquelas feitas em cartazes, slides em data show ou nos informes, convites, questionários e avaliações devem ser testadas e validadas pela equipe em relação a: adequação da linguagem, tamanho da letra utilizada, clareza e objetividade.

Conceitos utilizados são expostos em cartazes com letras grandes, bem legíveis para as pessoas com pouca leitura e dificuldades visuais enxergarem. Frequentemente, as comunidades têm alertado para que isto seja feito permitindo que todos possam visualizar a informação. Os cartazes precisam ficar expostos no local onde acontecem as atividades.



Reunião sobre o presente e o futuro da comunidade quilombola de Morro Seco, Iguape, São Paulo. © ACERVO ISA

✓ **Incorporar diferentes vozes ao processo:** Para que o Plano ou Projeto a ser construído retrate a realidade e os sonhos da comunidade como um todo e não apenas de um grupo, é preciso trabalhar a individualidade sem perder de vista o coletivo. Mesclar atividades em pequenos grupos, com grupos maiores, em plenária, com conversas individuais, para criar diferentes ambientes em que as pessoas possam se expressar.

Para a constituição dos grupos de trabalhos recomenda-se que:

– Tenham no máximo de cinco a seis pessoas para que todos os integrantes tenham oportunidade de expressar sua opinião e contribuir. Cada grupo deve ser orientado a eleger um coordenador, para auxiliar nas discussões e atividades, e um relator, que anota todas as manifestações do grupo e resultados para apresentar em plenária.

– A escolha dos integrantes do grupo é livre e pode ser orientada para que cada participante trabalhe com quem mais gosta ou se identifica, mas limitando a quantidade por grupos e remanejando pessoas caso um grupo fique muito além do tamanho proposto. Este trabalho é feito pelos facilitadores.

– Outra alternativa que pode ser adotada, para diversificar os grupos, é formá-los por meio da contagem 1, 2, 3. Cada participante recebe um número e depois se juntam todos os nºs 1, 2, 3, respectivamente.

✓ **Eleger um relator da equipe técnica:** Durante as plenárias, que são momentos ricos de promoção da participação e de coletar diferentes opiniões e ideias, para não perder o que é dito, alguém da equipe técnica fica como relator, anotando tudo que é falado pelos presentes. Estas informações fazem parte da memória do processo e servem para informes, relatórios,, etc.

✓ **Cumprir um calendário, definir horários, duração, o local e os melhores dias para as atividades:** Definir um calendário de datas com horários, duração e funcionamento das oficinas, ou reuniões de trabalho é importante para a organização dos participantes. Este calendário deve ser organizado no primeiro encontro com a comunidade e, antes das atividades, checando a proximidade de dias festivos, feriados, e definindo os melhores dias e horários da semana ou finais de semana para obter maior participação das pessoas. Para visualizar as datas o calendário pode ser impresso e eventualmente mostrado no PowerPoint. Após definidas as datas das atividades o cartaz é deixado na comunidade, colocado em um local visível e mais frequentado, o que contribui para a comunicação do projeto.

Outra recomendação é a programação da oficina seja mostrada e fique exposta para a visualização de todos. Isto ajuda os participantes a se organizarem e entenderem a lógica da proposta, além de orientar o controle e o respeito dos horários determinados para cada atividade do dia.

Vale ressaltar que para serem bem sucedidas, as atividades devem ser feitas com tempo suficiente para que as informações possam ser entendidas por todos os presentes. Este tempo varia em função da complexidade do tema tratado, do grau de conhecimento do público alvo sobre o assunto.

✓ **Definir como e quem pode usar as informações produzidas:** Além do calendário, outros acordos são fundamentais para garantir o sucesso da intervenção. Esclarecimentos de como as informações serão coletadas, acordos sobre o uso das informações referentes à comunidade e seu conhecimento tradicional. No projeto de planejamento, o acordo com as comunidades envolvidas estabeleceu que todos os dados coletados, as informações sobre o território são de propriedade da associação quilombola e não serão divulgadas sem autorização dela, sendo apenas para uso na elaboração do planejamento e seus produtos e para a comunidade elaborar seus projetos.

✓ **A contrapartida das comunidades:** Outro acordo fundamental refere-se à contrapartida dos participantes nas atividades. Para que o comprometimento com o projeto, seu andamento e seus resultados sejam melhores, a comunidade deve ser incentivada a colaborar. Esta contrapartida pode ser por meio de ações práticas como o serviço voluntário de cozinha nas oficinas, a aquisição de alimentos produzidos das roças e quintais para complementar a alimentação nas oficinas, atividades culturais nos intervalos, acompanhar os técnicos nos levantamentos de campo, como aconteceu no caso deste projeto ou outras formas a serem definidas de acordo com a realidade da comunidade onde o projeto acontece.

✓ **Rememorar o conteúdo e as discussões do encontro passado, a cada oficina e definir e apresentar o conteúdo da próxima oficina a cada encontro:** A cada encontro realizado, é importante ao iniciar a atividade que se retome o objetivo do projeto, bem como os principais conteúdos do encontro passado. Isto é feito para manter uma sequência lógica nas fases do projeto e não perder o foco nos objetivos. Também, nos encaminhamentos deve-se informar o tema do próximo debate visando estimular o interesse dos participantes.

✓ **Realizar avaliação a cada oficina – feedback:** A avaliação de um estudo, oficina ou projeto serve para monitorar o andamento das atividades e melhorá-las, se necessário, para avaliar se a comunidade está satisfeita com o projeto.

Em cada atividade é importante realizar uma avaliação diária com as comunidades. Para isto, ao final de cada dia de atividade podem ser usadas algumas frases-chaves como: **Que bom que... Que pena que... Que tal se....** As frases são escritas no flip-chart ou em outro papel disponível e os participantes falam completando as frases.

Outra possibilidade utilizada é pedir que cada participante fale em uma frase ou uma palavra como foi o dia, como o avalia. As respostas devem ser anotadas pelo facilitador.

Ao final de cada atividade, é recomendável aplicar questionários, previamente elaborados, sem identificar o respondente, com perguntas referentes ao aprendizado sobre o assunto da oficina ou reunião, grau de satisfação com a atividade, satisfação com a infraestrutura, percepção sobre o papel dos facilitadores e sugestões (*exemplo na pg. 69*).

✓ **Atividades lúdicas e exercícios sociais:** Escolher dinâmicas e ferramentas metodológicas adequadas para cada momento.

Além da definição de objetivos e resultados esperados para cada oficina temática, devem ser incluídos na programação exercícios sociais e atividades lúdicas, como brincadeiras e dinâmicas. Estas ferramentas metodológicas estimulam a integração e o processo de aprendizagem dos participantes e auxiliam a identificação das habilidades sociais de cada um, para o desenho de propostas e ações estabelecidas pela comunidade.

Conforme Andrade (1999, p19): “As técnicas vivenciais abrem espaço para a imaginação, a criatividade, a intuição (desenvolvimento do hemisfério direito do cérebro) em igualdade de importância com os conteúdos lógicos, racionais e objetivos (hemisfério cerebral esquerdo), promovendo o equilíbrio saudável dos dois hemisférios, numa visão holística do ser humano”.

Estas atividades, no caso do projeto de planejamento, foram batizadas com o nome dos momentos em que aconteciam, o **BOM DIA E BOA TARDE** e para desenvolvê-las foram envolvidos os agentes locais como executores das dinâmicas com a equipe técnica.

Os exercícios ajudam na reflexão dos conteúdos e a acordar o corpo para os trabalhos seguintes, pois, geralmente, pela manhã e logo após o almoço as pessoas estão mais sonolentas.

✓ **Ter claro o papel do facilitador nos trabalhos de grupos:**

Quem está coordenando a atividade não pode esquecer algumas orientações básicas:

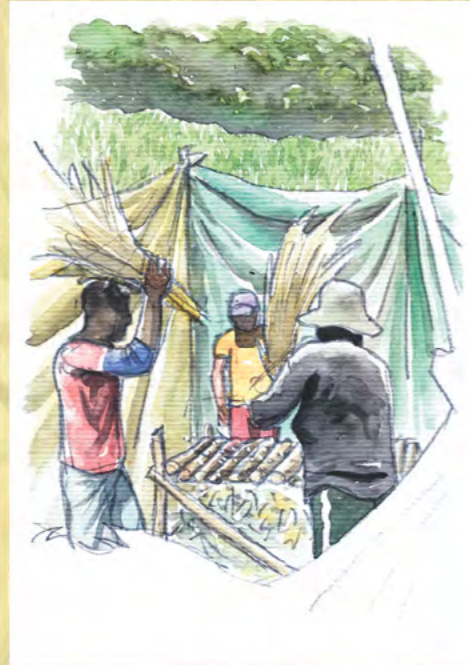
- Observar o grupo, saber ouvir, conduzindo-o com flexibilidade, equilíbrio, empatia e bom humor, estimulando a participação de cada um de acordo com seu perfil;
- Manter a neutralidade no assunto em debate, esclarecendo apenas dúvidas de conteúdo e não fazer julgamento das opiniões;
- Fazer boas perguntas para instigar a reflexão;
- Não escrever ou anotar pelo grupo;
- Garantir que todas as opiniões e sugestões sejam consideradas e registradas.



Fotos: Acervo ISA, 2010/2011

QUILOMBO SÃO PEDRO: foto 1. Atividade do Mapeamento participativo no quilombo; foto 3. Grupos de trabalho apresentando validação dos resultados do planejamento; foto 5. Dinâmica do N6 Humano durante Oficina de Patrimônio Cultural; foto 7. Grupo de trabalho analisando imagem do território de 1962 - Olhar sobre o passado.

QUILOMBO MORRO SECO: foto 2. Atividade de grupo de trabalho elaborando plano de ação para patrimônio cultural no quilombo; foto 4. Grupo de trabalho discutindo demandas prioritárias para o território; foto 6. Grupo de trabalho elaborando projeto prioritário; foto 8. Atividade do mapeamento participativo.



A experiência desenvolvida com as comunidades quilombolas de São Pedro/Eldorado e Morro Seco/Iguape (SP)

Reuniões preparatórias para iniciar o planejamento

1º Passo: Entendendo o que é planejamento e gestão territorial

Objetivo da atividade: Apresentar o planejamento como ferramenta para a gestão do território quilombola, discutindo de forma participativa seus conceitos e aplicações.

Tipo de atividade: Reunião

Tempo de duração: meio dia

Atividade lúdica: recorte de revistas (pag. 57)

O que e como foi feito: Apesar das comunidades identificarem suas demandas, elas apresentavam dificuldade em sistematizar, priorizar e, sobretudo em traçar caminhos práticos para solucioná-las. Nas reuniões, para atingir o objetivo de introduzir o tema e apresentar a ferramenta foram elaboradas perguntas norteadoras, para debate em plenária, ouvindo a opinião dos participantes e construindo conceitos coletivos a partir do que foi falado pela comunidade. Para isto foram utilizadas as seguintes perguntas:

O que é planejamento? O que vocês entendem por gestão? O que é o planejamento territorial e como pode ser aplicado na sua vida e na da comunidade?

Exemplos práticos foram apresentados, que envolvem atividades do dia a dia da comunidade como: o planejamento de uma roça, uma compra do supermercado, um passeio etc, atividades que demonstram que o planejamento está presente e significa pensar aonde se quer chegar e como realizar um desejo futuro.

Aqui foi importante utilizar uma linguagem simples.



Como pensar o território quilombola para fazer a gestão?



Foi utilizado também um diagrama com perguntas focadas para ajudar a reflexão sobre o uso do planejamento para o futuro da comunidade:

Estas perguntas ajudaram a iniciar a reflexão sobre quais temas o projeto de planejamento poderia abordar.

Principais resultados obtidos: Conceitos de planejamento e gestão territorial elaborados pelos participantes da reunião e maior esclarecimento sobre a estratégia do projeto.

LIÇÕES APRENDIDAS:

- O uso de exemplos que contemplem a realidade local facilita o entendimento de conceitos mais complexos;
- O cuidado com a linguagem influencia a participação das pessoas na construção das ideias.



O que é e por que planejar?

Planejar significa pensar aonde se quer chegar e em como realizar um desejo futuro (por exemplo, fazer uma roça ou construir uma casa) Para planejar é preciso “ter objetivos claros de uma proposta ou projeto e de como estes objetivos devem ser atingidos”.

O processo de planejamento depende de tomar decisões sobre qual o caminho que uma comunidade, associação, ou mesmo um indivíduo, pretende seguir. Por exemplo, no caso da roça: o que vai ser produzido, o que e quanto vai vender, como chegar ao objetivo de gerar renda com ela, por exemplo.

Planejar é importante por que ajuda a organizar as ideias, estabelecer prazos e responsabilidades. Planejar facilita refletir e agir, estar preparado para enfrentar as ameaças e ter flexibilidade para possíveis mudanças, se necessário. Planejar coletivamente é o resultado de um esforço de todos aqueles que trabalham e vivem na comunidade

O Planejamento Territorial é uma ferramenta, que possibilita perceber a realidade atual, avaliar os caminhos percorridos e construir um plano de futuro.

Neste caso, pretende levantar as demandas da comunidade quilombola em seu território. Para isso, a comunidade deve pensar nos objetivos que pretendem atingir e como construir as ações, os caminhos para atingi-lo, sempre por meio de decisões tomadas em conjunto.

Sendo um instrumento que ajuda na tomada de decisão sobre o território, o planejamento auxilia na gestão territorial, que é a forma como uma comunidade decide organizar seu território (neste caso o território quilombola), depois de planejar suas ações e definir como quer o desenvolvimento socioeconômico e cultural do lugar em equilíbrio com a conservação da natureza.

A gestão deve ser feita pelas pessoas da comunidade e pôr em prática o planejamento.

2º Passo: Elegendo os objetivos da comunidade

Objetivo da atividade: Identificar coletivamente o que a comunidade espera alcançar com o planejamento territorial e relacionar estes objetivos com as demandas levantadas na Agenda Socioambiental Quilombola.

Tipo de atividade: reunião

Tempo de duração: meio dia

Atividade lúdica: Jogo Tangran (pag. 57)

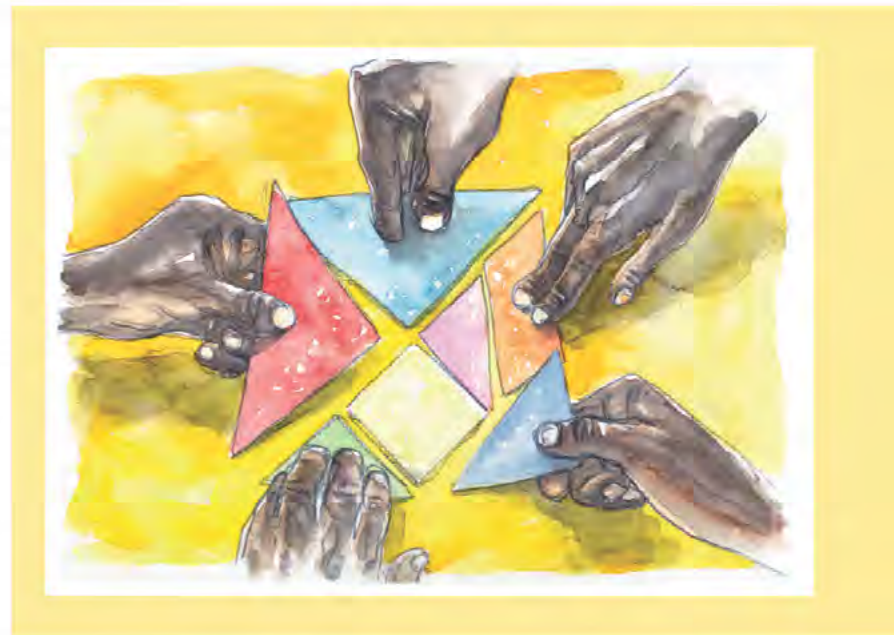
O que e como foi feito:

As perguntas norteadoras foram: Como deve ser planejado o uso e ocupação do território quilombola?; O que devemos fazer para fortalecer a organização social?; Que atividades são fundamentais para fortalecer o desenvolvimento socioeconômico e cultural da comunidade?

As necessidades para a melhoria da qualidade de vida no território já haviam sido expressas entre as demandas da Agenda Socioambiental Quilombola, A partir disto, foram organizados cartazes para definição dos objetivos.

Depois de definidos os objetivos do planejamento realizamos um exercício para a comunidade relacioná-los às demandas, que aconteceu da seguinte forma:

- As pessoas presentes foram divididas em grupos, constituídos por no máximo cinco pessoas. Cada grupo elegeu um coordenador, que auxiliou nas discussões e atividades, e um relator que anotou todas as manifestações do grupo e resultados para apresentar em plenária.
- Os grupos receberam os objetivos e as demandas escritas em tarjetas, individualmente;
- A tarefa de cada grupo foi discutir e encaixar as demandas nos objetivos, reformular ou eliminar se estivessem duplicadas ou fora dos objetivos definidos.
- Os grupos foram acompanhados pelo facilitador que ajudou a entender as relações.
- Depois, cada grupo apresentou seu resultado e as divergências foram discutidas em plenária buscando o consenso.



Principais resultados obtidos:

- Objetivos do planejamento territorial do quilombo definidos e relacionados às demandas.

Exemplo

✓ Preservar a natureza e assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida:

Conquistar a titulação do território;

Reflorestar as beiras de rios e outras áreas na comunidade;

Acabar com a ameaça das barragens no Rio Ribeira de Iguape;

Fazer adequação da legislação ambiental para permitir a abertura de roça de subsistência com o uso do fogo em locais onde o estágio de recuperação da vegetação está atualmente sobre proteção legal.

✓ Utilizar o território e seus recursos naturais de modo organizado e sustentável:

Praticar o manejo das ervas medicinais;

Fortalecer o uso e manutenção das sementes tradicionais e adquirir sementes perdidas;

Identificar e preservar áreas para coleta de recursos de forma racional, para conservação da floresta e dos animais;

Praticar a roça de modo tradicional;

Praticar o manejo da palmeira juçara;

✓ Proporcionar reflexão sobre formas de direção mais adequadas à cultura e desenho territorial:

Ter um planejamento socioeconômico e ambiental para as atividades desenvolvidas;

Contribuir para o monitoramento das ações em desenvolvimento no quilombo: o que foi feito e o que era desejado;

Proporcionar novos espaços para conversas e acordos internos entre os moradores;

Criar um regimento interno da comunidade;

Incentivar a autonomia dos habitantes sobre os trabalhos desenvolvidos em relação a fonte de recursos e a gestão comunitária;

Promover cursos de formação para cidadania;

Promover cursos profissionalizantes para jovens professores e outros;

Desenvolver atividades para deficientes;

Construir material para interpretação e explicação sobre as leis ambientais em linguagem acessível às comunidades;

Promover curso de informática;

Ter um instrutor para aperfeiçoar as aulas de capoeira.

✓ Identificar as parcerias necessárias para implantar as ações desejadas:

Melhorar a comercialização da banana e pupunha;

Assistência técnica para produção de orgânicos, de culturas tradicionais e convencionais, ao menos uma vez ao mês;

Divulgar as coisas tradicionais da comunidade.

✓ Ampliar o acesso às políticas públicas e garantir os direitos de saúde, educação e saneamento:

Melhorar a captação de água e os equipamentos de distribuição;

Promover a melhoria no ensino fundamental existente, e implantar ensino diferenciado;

Instalar rede e tratamento de esgoto no território;

Conquistar aumento e regularidade da frequência do atendimento médico e odontológico;

Melhoria na qualidade do serviço de saúde;

Atividades de prevenção ao alcoolismo e drogas em geral;

Regularidade nos dias de coleta de lixo.

LIÇÕES APRENDIDAS

- A atividade lúdica possibilitou melhor clareza sobre a importância de saber os objetivos para planejar;

- No momento de relacionar as demandas aos objetivos foi importante observar as repetições, reformular ou mesmo excluir demandas, de acordo com a decisão da plenária.



3º Passo: Olhar sobre o passado, presente e futuro

Visando planejar o futuro, as comunidades analisaram as transformações principais no território.

Foram apresentados mapas elaborados em outros projetos, como os da Agenda Socioambiental, e os dos Cadernos do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, por exemplo. O intuito foi sensibilizar com os trabalhos de mapeamento e planejamento territorial que já estão sendo feitos por outras comunidades tradicionais.

O olhar sobre o passado

Objetivo da atividade: Caracterizar o território do passado a partir do conhecimento histórico dos moradores, identificando as mudanças de relacionamento entre as pessoas, das pessoas com a terra, dos tipos de cultivo e da forma de viver.

IMPORTANTE: Quando não há disponível uma carta imagem antiga do território, pode-se fazer o resgate do passado pela técnica do mapa falado. Esta técnica permite fazer uma evolução histórica, ou mesmo uma linha do tempo, que possibilita levantar fatos que representam a evolução histórica do lugar (Faria & Neto, 2006).

Tipo de atividade: reunião

Tempo de duração: meio dia

Atividade lúdica: bate papo e contação de histórias

O que e como foi feito: Por meio de uma foto aérea de 1962 do território, a comunidade pode trabalhar com este instrumento para lembrar seu uso e ocupação do passado. A imagem antiga foi trabalhada em grupos, que foram comparando e identificando as transformações no uso do solo neste período (1962-2000). As imagens foram colocadas lado a lado em mesas grandes. Para orientar a reflexão foram elaboradas perguntas chaves, que facilitam o olhar sobre a carta imagem: *Como era o quilombo de antigamente, na época dos pais e avós? Onde as pessoas moravam? Como elas viviam? Quais eram os lugares de maior significado para a vida de cada um e de referência para a comunidade? Onde estavam as roças? O que e como plantavam?*

No caso desta atividade, o tempo disponível foi menor do que o recomendado. Depois da conversa, cada grupo fez o relato das transformações e fatos históricos que discutiram. No momento da apresentação o facilitador anotou no flip-chart as principais falas e deixou expostas para a visualização de todos.

Principais resultados:

- Identificados os principais fatos históricos que trouxeram alterações nas formas de uso e ocupação da terra.

LIÇÕES APRENDIDAS:

- Apesar de o tema despertar maior interesse em pessoas idosas e de meia idade, é de extrema importância que os jovens participem desta atividade por ser uma oportunidade de conhecer ainda mais a história do território e também de vivenciar o resgate feito pelos mais velhos sobre os acontecimentos do passado.

- A mobilização dos jovens precisa ser intensificada para haver maior participação.



O olhar sobre o presente

Objetivo da atividade: Identificar a representação social³ que cada participante tem sobre a comunidade, estimulando a reflexão sobre as ações cotidianas, as relações de convívio, as relações com o meio e a estrutura física da comunidade.

Tipo de atividade: reunião

Tempo de duração: meio dia

Atividade lúdica: dinâmica dos autógrafos (pag. 61)

³ Mais informações em: Moscovici, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

O que e como foi feito:

Para estimular as pessoas a pensarem sobre o presente da comunidade foi sugerido aos participantes expressar por meio de desenhos a situação atual do quilombo (o quilombo que temos).

Para esta etapa a orientação foi utilizar a ferramenta do mapa falado com adaptações à situação de aplicação, que chamamos de mapa de percepção do quilombo que temos (pag. 63). O principal objetivo foi estimular a discussão sobre a realidade do território, fazer um retrato.

Foram apresentadas algumas das temáticas trabalhadas nos mapeamentos participativos já feitos na Agenda Socioambiental em 2008 e sugeridos pontos de partida para a reflexão sobre o território do presente.

- Os lugares que você mais gosta e cuida
- Os lugares de conflitos na comunidade – por conta da extração da juçara, lugares de roça, terceiros, diferentes interesses (estes conflitos dependem do local da intervenção).
- Como é o quilombo de hoje?
- O que vocês veem?
- Como vivem?
- Como trabalham?

Os participantes foram motivados a fazer uma dupla ou um pequeno grupo para o trabalho. Cada grupo recebeu um desenho com o limite do território e as perguntas norteadoras. Receberam canetas coloridas e lápis de cor para desenharem o quilombo do presente.

Após um tempo definido, cerca de duas horas, cada dupla ou grupo apresentou seu trabalho e os pontos principais foram anotados no flip-chart.



Em seguida, foram estimulados à reflexão com perguntas para debate em plenária:

- Quais são as fragilidades identificadas no território através dos desenhos? Que coisas precisam melhorar?
- Quais são as fortalezas identificadas no território através dos desenhos? Que coisas boas precisamos aproveitar?

As informações principais seguiram anotadas no flip-chart e foram sistematizadas.

Principal resultado obtido:

- Mapa de percepção do presente elaborado com as principais fragilidades e fortalezas apontadas

LIÇÕES APRENDIDAS:

- A timidez pode ser combatida com descontração. É importante que os facilitadores incentivem os participantes e deixem claro que o mais importante não é o desenho em si, mas o significado dele;
- As crianças adoram esta atividade e a presença delas é importante para ajudar os adultos a soltarem a criatividade.



O olhar sobre o futuro

Objetivo da atividade: levantar os sonhos dos moradores para o lugar onde vivem e identificar tendências para o cenário futuro. Para orientá-los estabeleceu-se o prazo de 10 anos para que pensassem no futuro.

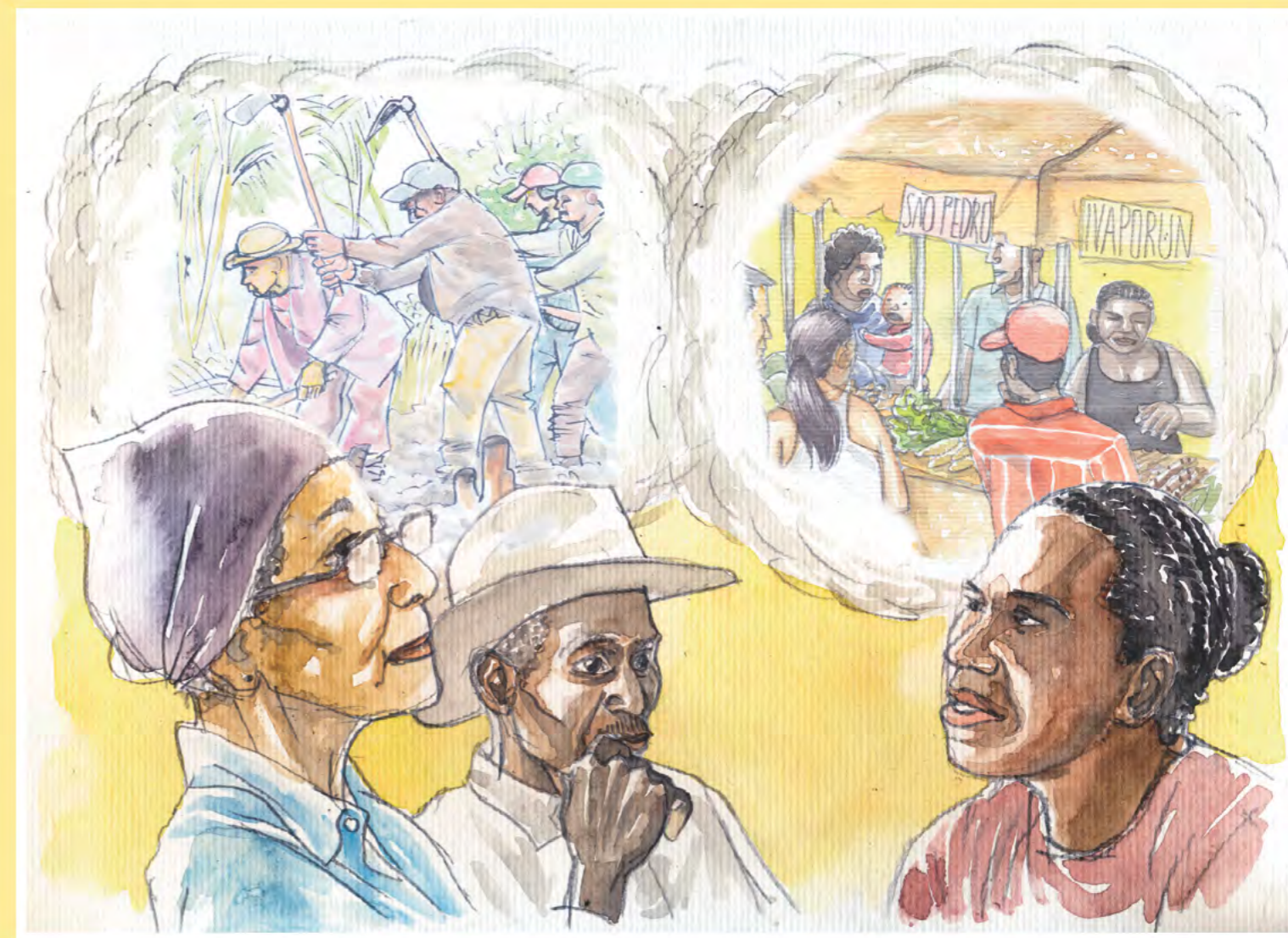
Tipo de atividade: reunião

Tempo de duração: meio dia

Atividade lúdica: músicas e poemas

O que e como foi feito:

Novamente sobre um desenho com o limite do território, a comunidade foi estimulada a pensar no futuro que deseja para seus filhos dentro do quilombo e de como os filhos idealizam viver no quilombo. Para identificar as percepções de bem-estar, de valores e identidade, para além das questões de infraestrutura, que normalmente são as primeiras a serem incluídas, os participantes foram orientados a expressar os sonhos de futuro nas formas de música, poesia, versos, teatro, além do desenho. Algumas pessoas optaram por fazer o trabalho individualmente e outras fizeram em grupos, de acordo com as relações internas da comunidade.



O material utilizado foi lápis de cor, canetas coloridas e cartolinas para escreverem ou desenharem o que quisessem sobre o futuro.

Durante o tempo de trabalho foi criado um ambiente agradável, com música e também um café com biscoitos à disposição de todos. Após uma hora e meia de trabalho aproximadamente, cada grupo foi convidado a apresentar ao outro o que produziu.

Em seguida, foi estimulada a reflexão sobre o que significava pensar no futuro, sinalizando que aqueles sonhos se juntariam com as demandas nas próximas etapas e seriam estabelecidas prioridades e focos de intervenção para depois estabelecer ações de curto, médio e longo prazo.

Os poemas, os desenhos, as músicas e todo material gerado pelos participantes foi sistematizado.

Principal resultado obtido:

- Demandas e sonhos para o futuro identificados, organizados e compartilhados.

Exemplo

✓ Transporte (meios e vias): O quilombo desejado é um lugar com boas estradas e transporte público de qualidade, juntamente com um veículo de propriedade da associação para suas necessidades.

✓ Segurança alimentar: No futuro haverá abundantes fontes de alimentos produzidos nas roças tradicionais (milho, arroz, feijão e mandioca) e os moradores não precisarão da cesta básica do governo federal.

✓ Fixar o homem na terra: Os moradores conseguirão tirar o sustento e gerar renda para as famílias sem precisar sair de seu território para trabalhar fora.

LIÇÕES APRENDIDAS:

- Ao trabalhar com os sonhos das pessoas, mexe-se com os anseios individuais e se estabelece um ambiente de esperança coletiva no momento do compartilhamento, o que é fundamental para o exercício de planejar. Na apresentação vivenciada, as pessoas pareciam felizes, alegres e envolvidas. Elas riam e se divertiam umas com os sonhos das outras, em um ambiente de descontração e respeito.



4º Passo: Classificar as demandas em relação à prioridade e tempo de execução

Objetivo da atividade: Atualizar e priorizar as demandas publicadas na Agenda Socioambiental Quilombola. Compatibilizar sonhos com demandas

Tipo de atividade: reunião

Tempo de duração: meio dia

Atividade lúdica: Dança das mãos (pag. 62)

O que e como foi feito:

O exercício proposto aos participantes foi:

1º Estabelecer critérios de tempo e prioridade (qual o tempo do curto, médio e longo prazos e o que é grau de prioridade 1, 2 ou 3 por ordem de importância). Para isto foi definido com a comunidade um horizonte de tempo futuro (por exemplo, planejar daqui para 6 a 10 anos);

Neste caso, o estabelecido foi:

Curto-prazo até 2012;

Médio prazo até 2014;

Longo prazo até 2021

Para a prioridade foi definido desta forma: 1=alta; 2=média; 3=baixa.

2º Classificar as demandas de acordo com o tempo para execução e a prioridade. Cada demanda foi discutida pelo grupo de trabalho, orientado para avaliar a viabilidade das ações necessárias para concretizar a demanda, o alcance desta ação, quais parceiros envolvidos e o tempo de retorno. Com isto puderam classificar cada uma nos prazos e prioridades sugeridas.

3º Justificar a forma de priorização (escrever, discutir porque determinada demanda foi classificada daquela forma): Analisar quais os impactos (positivos e negativos) e o que a falta ou o atendimento dessas demandas podem causar no território

4º Discutir em plenária os argumentos e definir coletivamente a classificação final: Os grupos foram orientados para verificarem se a demanda publicada na Agenda Socioambiental Quilombola ainda existia e, caso positivo, deveriam redefinir o prazo e prioridade de acordo com os critérios estabelecidos. Novas demandas que apareceram nos sonhos foram



OBSERVAÇÃO

A demanda da titulação da terra é constante e de médio para longo prazo mas o seu alcance é considerado prioritário porque proporciona o bem estar e a reprodução sociocultural destas comunidades. Na ocasião foi importante a reflexão sobre o papel político da associação quilombola para a gestão territorial e para a busca de solução para demandas deste tipo, relacionadas às políticas públicas.

incluídas. Depois, em plenária, cada grupo explicou a justificativa da priorização, propiciando um debate e a definição coletiva da classificação de tempo e grau de prioridade. Ao ouvir a justificativa as pessoas dos outros grupos puderam discordar, perguntar ou concordar. Quando chegaram ao consenso, o resultado foi exposto em um quadro de tecido na parede.

Com isto foi possível observar que muitas vezes, o que é considerado demanda prioritária para o território, não veio de uma reflexão consciente do coletivo e sim do desejo de algumas pessoas em transformar a realidade, principalmente das lideranças comunitárias. Neste caso, quando a demanda era muito frisada individualmente, foram levantadas questões sobre os impactos que poderia trazer para o território e a vida das pessoas e dependendo da análise do coletivo ela era mantida ou excluída. Em geral, as demandas que se relacionam com saúde, educação, lazer, saneamento e renda, foram as mais comuns entre os grupos.

Principais resultados obtidos:

- Quadro de demandas priorizadas com definição de prazos;
- Eleitas as demandas prioritárias para serem trabalhadas no planejamento territorial.

Exemplo:

Prioridade Necessidade Importância	Curto prazo (2011 – 2013)	Médio prazo (2011 – 2016)	Longo prazo (2011 – 2021)
1		Isolar as áreas de beira de rio para recuperação	
1	Obter o direito de uso para a comunidade das áreas abertas (sem mata) que estão em mãos de terceiros	Ter entendimento claro sobre as leis ambientais em linguagem acessível às comunidades	Ter um planejamento socioeconômico e ambiental sustentável

LIÇÕES APRENDIDAS:

- Os conflitos internos das comunidades aparecem nestes momentos de eleger prioridades e é importante identificá-los para entender o porquê das escolhas e poder contribuir de forma propositiva na minimização dos conflitos na hora de tomada de decisão.



5º Passo: Abordar temas prioritários de planejamento e gestão territorial

Ciclo de oficinas: Quilombo que queremos

Objetivo do ciclo: Refletir sobre temas de interesse comunitário e de grande prioridade para elaborar propostas de ação. Estimular os acordos coletivos e fortalecer a organização social para a gestão do território e seus recursos ambientais e culturais.

O que foi o ciclo:

A definição dos temas que seriam trabalhados nas oficinas pautou-se nas demandas prioritárias. Porém, diante do enorme quadro de demandas prioritárias, fez-se uma análise do momento vivido pelas comunidades, definindo temas globais, mas que pudessem contemplar de forma transversal outras temáticas, como fortalecimento organizativo, por exemplo, consideradas alicerces para o desenvolvimento territorial das comunidades.

Esses temas, definidos em conjunto com as comunidades destacaram as potencialidades locais e as iniciativas já existentes no território para planejar ações que valorizam a diversidade cultural e ambiental do espaço em questão.

O aprofundamento nos temas foi desenvolvido ao longo de um ciclo de oficinas, denominado “Quilombo que queremos”, dentro do qual, foram realizadas oficinas temáticas (Patrimônio Cultural e Turismo, Agricultura e Extrativismo e Adequação Ambiental) para aprofundar as demandas e transformar as prioridades em “planos de ação”.

Outras demandas, que cabiam nos temas de educação, saneamento básico, titulação da terra, estradas e outras infraestruturas demandadas pelas comunidades, e não menos importantes, foram avaliadas como sendo de mais difícil alcance no tempo do projeto. São assuntos que não se esgotam em oficinas específicas. Para estes optou-se por estimular a organização local a lutar pelas políticas públicas e buscar parcerias que as atendam no médio prazo.



Antes de iniciar o ciclo de oficinas foram definidos os objetivos de cada oficina temática e os resultados esperados com esta discussão.

Para todas as oficinas do ciclo, assim como nas atividades anteriores, seguiu-se um planejamento para realizar o Bom dia, o Boa Tarde, a retomada do conteúdo anterior e dos objetivos do planejamento, a avaliação diária, a avaliação final e os encaminhamentos, entre outras recomendações seguidas e já detalhadas no início deste caderno.

Na sequência descreve-se como cada oficina do ciclo foi organizada metodologicamente, contando a aplicação no projeto de planejamento territorial realizado.

Oficina Patrimônio Cultural e Turismo

Objetivo da atividade: Disseminar a informação dos projetos de cultura e turismo na comunidade e elaborar propostas de trabalho para estes temas no território do futuro.

Contexto: No momento da oficina, as comunidades estavam elaborando seu inventário de referências culturais, identificando e descrevendo sua cultura imaterial, os conhecimentos sobre as expressões, os modos de fazer, os lugares importantes no território, as edificações e as celebrações. Ao mesmo tempo, também estavam no meio de uma discussão sobre turismo, identificando atrativos em potencial e discutindo em conjunto com outras cinco comunidades a formação de um circuito de turismo quilombola de base comunitária, bem como seus impactos na vida das pessoas das comunidades envolvidas; projetos desenvolvidos em parceria com o ISA e que envolve outras comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

Tipo de atividade: Oficina

Tempo de duração: 2 dias

Resultados esperados:

- Clareza das informações e dos impactos destas atividades no território e na vida comunitária;
- Que os participantes pensem e proponham ações que tragam soluções para as demandas relacionadas aos temas;

Atividades lúdicas: dinâmica da dança das cadeiras; dinâmica da Ilha, dinâmica do nó humano, exercícios de alongamento (pgs. 58, 59, 60)

O que e como foi feito:

A oficina foi iniciada com o Bom Dia. Depois da leitura da programação foram visitados os resultados da oficina anterior, dos objetivos gerais do planejamento e dos objetivos da oficina que já estavam expostos em cartazes.



As atividades foram organizadas no formato de mesas redondas. Para cada mesa foi organizado um roteiro prévio, discutido anteriormente com a equipe do ISA, responsável pelo projeto Inventário de referências Culturais Quilombolas⁴ e pelo Projeto Circuito Quilombola,⁵ o agente cultural das comunidades e lideranças envolvidos diretamente com projetos de turismo e cultura.

Após as apresentações aconteceram plenárias com o objetivo de levantar curiosidades sobre o projeto e esclarecimentos.

Nestes momentos os apresentadores tomaram cuidados para que a conversa fosse propositiva e não fossem usados para desqualificar as ações em andamento na comunidade e as pessoas que as executam.

Orientou-se a plenária com perguntas objetivas: *o que, quem, quando, como, onde?*

Foi estipulado um tempo para as perguntas e oferecido auxílio a quem tivesse dificuldade de falar e se expressar distribuindo papéis e canetas para escreverem.

As principais informações foram anotadas pelo relator para fazer parte dos informes da oficina que foram distribuídos posteriormente para a comunidade.

Mesa redonda: patrimônio cultural no território quilombola

Objetivo da mesa: Disseminar as informações sobre Patrimônio Cultural da comunidade entre os moradores e fazer reflexões sobre a importância dos bens culturais para o território e sua relação com as atividades turísticas.

Roteiro criado para a apresentação:

- Número de pessoas envolvidas no projeto (homens, mulheres, jovens);
- Quais são os bens culturais inventariados em São Pedro e Morro Seco (lista);
- Que outras comunidades estão envolvidas neste projeto de inventário cultural?
- Para que serve o inventário de bens culturais realizado na comunidade?
- Como a cultura pode contribuir com o fortalecimento da atividade de turismo?
- Como é o envolvimento da comunidade no desenvolvimento do projeto do inventário cultural?
- Como ter autonomia após o término do apoio dos parceiros nos projetos? (ISA e outros); como será a continuidade (próximos passos = sustentabilidade)?
- Quais ações culturais a comunidade pode fomentar? Patrimônio e salvaguarda, por exemplo.

Mesa redonda: Turismo no território quilombola

Objetivo da mesa: Disseminar as informações entre os moradores sobre o potencial do turismo de base comunitária na comunidade e fazer reflexões sobre os impactos positivos e negativos das atividades turísticas sobre a cultura e o modo de vida quilombola.

Roteiro criado para a apresentação:

- Número de pessoas envolvidas nos projetos (homens, mulheres, jovens);
- Quais são os atrativos naturais e culturais escolhidos para trabalhar com turismo?
- Quais outras comunidades estão envolvidas nestes projetos de turismo?
- Qual o público alvo e qual tipo de turismo o quilombo vai trabalhar?
- No que o turismo pode contribuir com o fortalecimento cultural?
- Como o projeto de turismo é executado e difundido na comunidade?
- Qual a infraestrutura de atendimento (hospedagem, saneamento básico) para o turismo e como estão organizando a gestão financeira da atividade?
- Como ter autonomia após o término do apoio dos parceiros nos projetos?

Mesa redonda: editais públicos para projetos socioambientais

Objetivo da mesa: Mostrar como os projetos são analisados, encaminhados; identificar, as possibilidades e acesso aos editais Também estimular a elaboração das propostas de ações para solucionar as demandas no território.

Para esta atividade utilizou-se exemplos de editais em curso para projetos de turismo e de projetos executados por parceiros e órgãos governamentais na comunidade e ou região.

Feita a divisão dos grupos de trabalho para o período seguinte, passou-se às explicações das atividades para serem desenvolvidas em grupos:

- Cada grupo escolheu um relator e um coordenador;
- Cada grupo recebeu um impresso resumido da situação atual dos projetos de turismo e cultura (baseado no que foi apresentado e discutido, no máximo duas páginas); também recebeu a tabela de demandas priorizadas; os facilitadores leram o material para os grupos;
- A tarefa do grupo foi propor de duas a quatro propostas de como trabalhar melhor estes temas dentro dos objetivos do planejamento no território quilombola;
- Após um tempo de 15 minutos cada grupo apresentou suas propostas. O coordenador organizou-as em tarjetas e na sequência as pessoas da plenária foram convidadas a escolher qual a melhor proposta que identificaram para desenvolver;
- Os participantes tiveram que selecionar no máximo quatro propostas para elaborar um plano de ação;
- Os participantes pensaram nos meios para executar suas propostas e nas parcerias;
- Foi sugerido que os participantes se mudassem para os grupos em que se identificaram melhor com a proposta.

⁴ Projeto em andamento na comunidade na época da oficina, no qual o ISA em parceria com 16 associações quilombolas realizou um levantamento dos bens culturais destas comunidades quilombolas buscando identificar e qualificar o patrimônio cultural imaterial.

⁵ Projeto em andamento na comunidade de São Pedro na época da oficina, no qual o ISA em parceria com seis associações quilombolas implementa um roteiro turístico de base comunitária nestes quilombos; <http://www.circuitoquilombola.org.br/>.

Para auxiliar no plano de ação, foi sugerido o seguinte quadro:

Objetivo das ações: aonde se quer chegar com elas?

Plano de ação														
Ação	Responsável	Atividade	Meses											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

O tempo de realização do plano poderia ultrapassar 12 meses e ser de curto, médio ou longo prazo dependendo do tipo de ação proposta.

Cada grupo recebeu cópia das demandas relacionadas aos temas de turismo e patrimônio cultural. Enquanto os grupos trabalhavam no desenvolvimento do plano de ação, os facilitadores circularam e tiraram as dúvidas.

O segundo dia deu continuidade à finalização dos trabalhos e preparação das apresentações pelos grupos. Para isto foram distribuídos flip-chart e os grupos foram orientados sobre como organizar a apresentação das propostas;

Na sequência, cada grupo apresentou sua proposta de plano de ação e na plenária, abriram-se as perguntas. Após o almoço as atividades foram retomadas e em seguida os grupos que ficaram para o período da tarde fizeram suas apresentações no mesmo formato da manhã. Ao término, as propostas foram digitalizadas pelo relator enquanto os participantes assistiam a um vídeo.

O filme fez parte da estratégia de ilustrar as temáticas em discussão na oficina.

Em seguida, foram feitos os encaminhamentos da oficina e reforçado o que ficou combinado para a próxima oficina. A proposta do questionário de levantamento agrícola/extrativista a ser aplicado pelos agentes locais foi apresentada para aprovação e complementações. O questionário foi previamente elaborado com ajuda dos agentes locais e testado com o apoio deles. Então, as perguntas foram validadas e as famílias informadas da visita para as entrevistas.

Principais resultados obtidos:

- Plano com ações voltadas à solução das demandas relacionadas aos temas de patrimônio cultural e turismo.
- Informações sobre os temas disseminadas entre os moradores das comunidades.

LIÇÕES APRENDIDAS:

- Em geral, há muitas perguntas sobre o conceito de ação e atividade, como e o que detalhar. Mas é um exercício que estimula o aprendizado de planejar ações num espaço de tempo e com indicação de responsabilidades, estimulando a estruturação da gestão comunitária e a elaboração de projetos pela comunidade.
- Aproveitar os projetos em andamento para enriquecer o debate e pensar estratégias de sustentabilidade agrega esforços dos envolvidos, tanto da comunidade como de seus parceiros.



Oficina Agricultura e Extrativismo

Objetivo da atividade: Discutir os resultados do levantamento agrícola e extrativista e a partir daí refletir sobre a situação atual da agricultura no quilombo, pensar os passos ou direções para o futuro e iniciar a construção do plano de ação para agricultura e extrativismo.

Tipo da atividade: Oficina

Tempo de duração: 2 dias

Resultados esperados:

- Clareza das informações e dos principais desafios para exercer estas atividades no território e na vida comunitária;
- Apontamento das fragilidades e potencialidades do sistema agrícola atual e focos de intervenção;
- Que os participantes proponham ações que tragam soluções para as demandas relacionadas aos temas;

Atividades lúdicas: dinâmica da Qualidade, dinâmica da Escultura e dinâmica da Pegadinha Animal (pgs. 60, 61, 62)

O que e como foi feito:

Foram apresentados em PowerPoint os resultados com gráficos e tabelas obtidos no levantamento agrícola/extrativista realizado. A cada dado apresentado foram sendo esclarecidas as dúvidas da plenária.





Após a apresentação, houve um debate sobre pontos críticos identificados pelos participantes, como por exemplo: dificuldades com o licenciamento das roças, perda de variedades tradicionais, afastamento dos jovens das atividades de roça, saída das famílias da comunidade, utilização de agrotóxicos e conflitos com a extração de palmito juçara. As sugestões foram anotadas no flip-chart. Em seguida foram organizados grupos de trabalho orientados para uma discussão coletiva do cenário atual e futuro da agricultura e extrativismo. Previamente foram elaboradas perguntas norteadoras para esta atividade. Antes de iniciar o trabalho as perguntas foram lidas para todos os presentes visando sanar as dúvidas e verificar se a linguagem estava clara.



O trabalho em grupo foi dividido em dois momentos:

1º - análise do cenário atual olhando os dados e respondendo as perguntas;

2º - análise do cenário futuro a partir dos dados do presente e as perguntas norteadoras.

As perguntas usadas para provocar a reflexão do cenário atual foram:

Na opinião do grupo, quais foram as principais mudanças no sistema agrícola do território do quilombo nos últimos 40 anos?

Qual a importância das atividades agrícolas na vida da comunidade? Como está a situação da agricultura hoje? Descreva.

A população que trabalha e reside na comunidade pode ser considerada jovem? Justifique.

Qual o motivo de famílias se mudarem e muitos jovens trabalharem fora?

A agricultura no quilombo e a forma como utilizam a terra pode garantir sustento e renda para todas as pessoas da comunidade?

Houve perda de variedades agrícolas nos últimos 40 anos?

Identificou-se que muitas das variedades estão na mão de uma única família, como por exemplo, a cana imperial. Como estas variedades e as formas de cultivo estão sendo transmitidas entre as famílias e para os jovens?

Quais recursos da mata que diminuíram e/ou aumentaram ao longo dos anos? (cipó, taquara, taboa, lenha, palmito)?

Os grupos trabalharam refletindo sobre as perguntas. Para a apresentação foi organizada uma mesa redonda em que cada relator do grupo, previamente preparado, apresentou por 15 minutos aproximadamente o cenário atual para o debate. Após as apresentações, as informações complementares ou discrepantes das exposições foram destacadas em plenária e abriram-se os debates. Enquanto isso, os pontos de destaque do debate eram anotados em um flip-chart.

Após o almoço os grupos finalizaram o debate do cenário atual e iniciaram o mesmo trabalho para o cenário futuro, com o seguinte roteiro:

É de interesse da comunidade que mais pessoas trabalhem na terra. O que é necessário fazer para que isto ocorra?

O que pode ser feito para incentivar o trabalho dos jovens na comunidade/agricultura?

Qual a necessidade de novas tecnologias e o impacto que elas podem gerar no sistema agrícola tradicional?

O que é preciso fazer para conservar e manter a diversidade de sementes e mudas agrícolas da comunidade?

Vocês gostariam de obter, resgatar, alguma variedade que outras comunidades têm e vocês não? quais? como podem fazer isto?

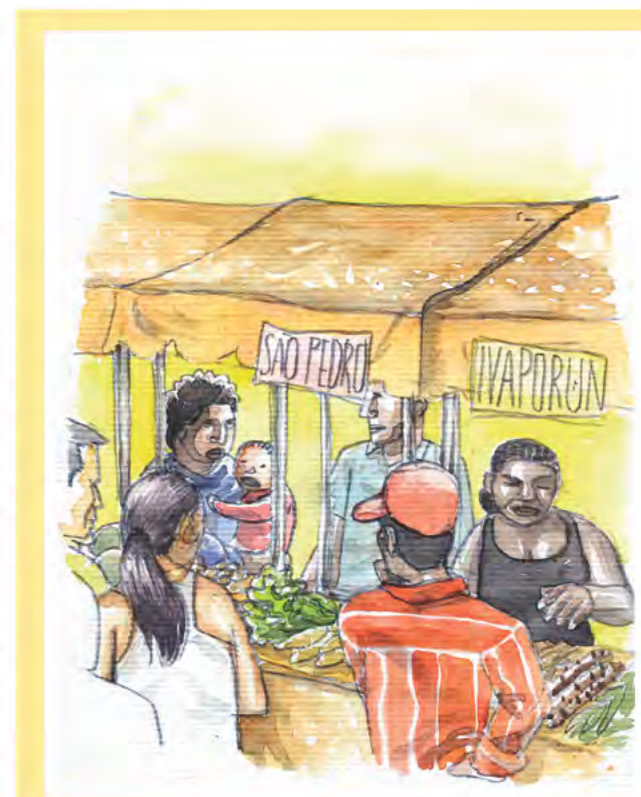
Que alternativas a comunidade poderia pensar em conjunto para melhorar a renda e garantir a segurança alimentar das famílias? Levando em consideração a mão de obra necessária.

Que culturas agrícolas alternativas a comunidade pode pensar em plantar para aumentar a renda? Ou ainda, que tipo de processamento poderia ser feito nos produtos da comunidade para agregar valor a eles?

Qual o impacto da introdução de cultivares agrícolas não tradicionais no território?

O que pode ser feito para que a comunidade acesse os programas e políticas públicas existentes, como PAA e PNAE, de incentivo à agricultura e geração de renda na comunidade?

A comunidade enxerga os recursos florestais (cipó, taboa, taquara, madeira) como potencial futuro de renda?



Os grupos trabalharam até o intervalo da tarde e na sequência aconteceu o mesmo modelo de apresentação e debate da manhã.

Após um dia intenso de reflexão, foram coletadas informações relevantes que complementaram o diagnóstico agrícola/extrativista e permitiram fazer uma análise das forças, ameaças, fraquezas e oportunidades para o território.

No dia seguinte, foi apresentada a sugestão de análise do cenário feita na noite anterior com os subsídios do debate e do levantamento de campo realizado.

O debate foi aberto para que a plenária discutisse o que foi apresentado e definisse pelo menos dois focos prioritários para os planos de ação de agricultura e extrativismo do quilombo.

Definidos dois focos, os grupos receberam o material (planilha do plano de ação, canetas piloto, tarjetas, papel) e iniciaram a construção dos planos.

Depois de um tempo, foram apresentados os resultados e coletadas as sugestões da plenária para os planos, anotando tudo no flip-chart.

Principais resultados obtidos:

- Planos de ação elaborados com ações futuras de intervenção para a agricultura no quilombo;
- Difusão da informação sobre oportunidades para a comercialização dos produtos e valorização da agricultura tradicional;
- Reflexão e busca de solução coletiva sobre problemas que geram conflitos internos como: uso de agrotóxicos, extração do palmito juçara e saída dos jovens da comunidade para trabalhar fora;

LIÇÕES APRENDIDAS:

- O fato de as questões do levantamento terem sido discutidas antes de ter sido realizado por pessoas locais e das pessoas saberem por que estavam respondendo bem como o destino dos dados, permitiu o estabelecimento de uma relação de confiança para que na oficina, os problemas fossem expostos e discutidos francamente e de modo coletivo.



Oficina Adequação Ambiental

Objetivo da oficina: construir uma proposta de pré-zoneamento (através do mapeamento participativo) socioambiental e ordenamento do território (pensando em 10 anos);

Tipo de atividade: Oficina

Tempo de duração: 2 dias

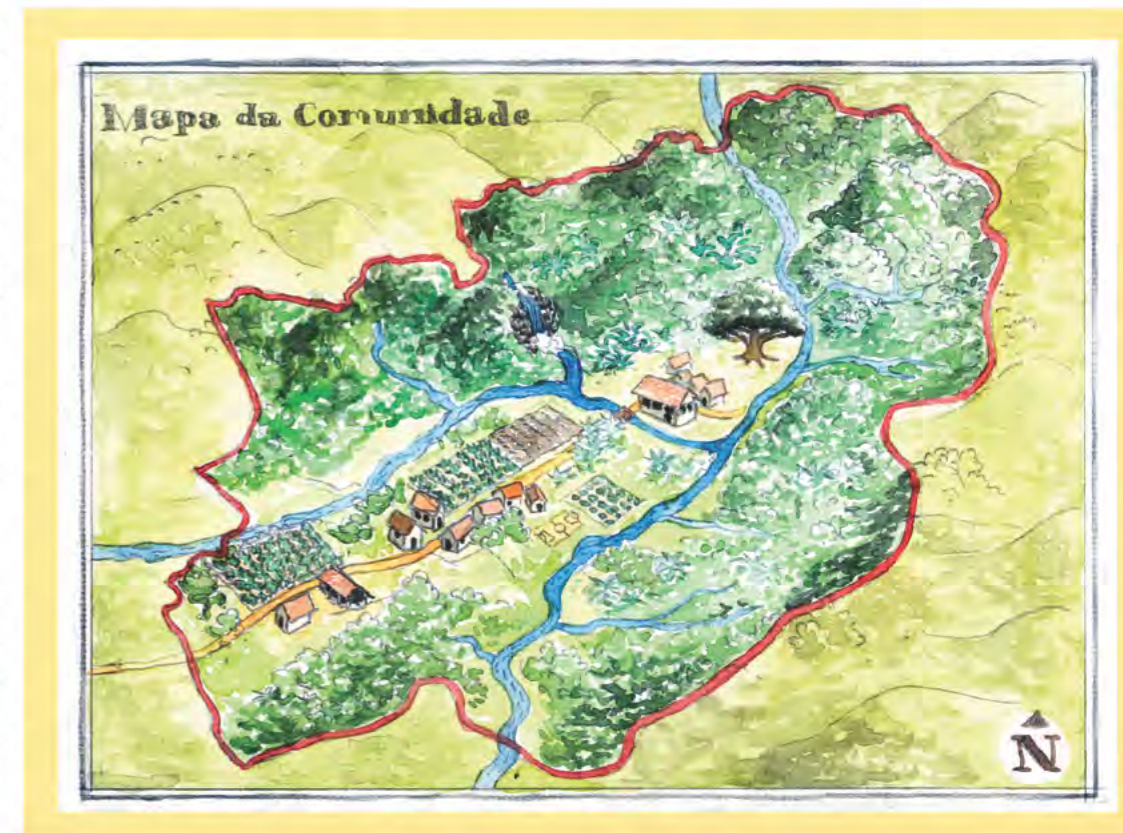
Resultados esperados:

- Comunidade mais informada sobre a situação fundiária do seu território;
- Comunidade mais informada sobre conceitos e consequências dos usos inadequados nas APPs e da importância de regularizar as áreas de proteção para agregar valor na comercialização dos produtos agrícolas, para garantia da qualidade de água, para inserção na cadeia produtiva com propostas diferenciadas, que apresentem valores socioambientais.
- Identificação das roças atuais e futuras através do mapeamento participativo
- Indicações da área de Reserva Legal
- Acordos coletivos sobre usos de áreas para o futuro;

Atividades lúdicas: dinâmica do Barco e dinâmica do Cabo da Paz (pgs. 59, 61)

O que e como foi feito:

O tema da oficina foi introduzido com esclarecimentos sobre os objetivos e importância da Adequação Ambiental e do ordenamento territorial em longo prazo, os benefícios para comunidade; como pode ser um instrumento político e tornar-se uma ferramenta para projetos socioambientais e para captação de recursos.



Procurou-se explicar de forma simples, com imagens e exemplos, o que é uma RL (Reserva Legal) e o potencial destas áreas para manejo e compensação. Foram apresentados conceitos e medidas das APPs (Áreas de Preservação Permanentes) e sua importância para produção de água, solos, qualidade dos rios etc.

Para facilitar o entendimento foram usados exemplos de propriedades rurais com zoneamento definido através de imagens, ilustrações e mapas.

Para esta atividade contou-se com parceiros locais como o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e Eaacone (Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira) para ajudar nos esclarecimentos sobre o tema.

A presença destas organizações contribuiu para o esclarecimento de dúvidas dos quilombolas sobre questões legais.

O Itesp trouxe a discussão do licenciamento de roças, que pela legislação em vigor, para acontecer, depende da adequação ambiental do território.

A Eaacone apresentou um panorama da situação fundiária e como a comunidade precisa se organizar para debater e se preparar perante as questões legais e empreendimentos que podem comprometer o seu modo de vida, buscando formas de compatibilizar a conservação da natureza com a sobrevivência humana.

Na sequência houve uma plenária com perguntas de esclarecimento para a equipe e parceiros convidados.

* O mapeamento participativo do uso atual e futuro do território

Na segunda parte do dia, foi explicado como seria realizado o mapeamento participativo. Foi solicitado aos participantes que representassem o território quilombola na carta imagem que continha limite do território, a hidrografia, as estradas e as moradias com imagem de alta resolução de fundo. Para esta representação, o mapeamento foi dividido em quatro partes:

Na primeira parte, os mapas foram colocados em uma grande mesa onde todos olharam o material exposto por completo, inicialmente para reconhecer os locais. Depois, os participantes foram incentivados a identificar onde estavam as suas moradias.

Na segunda parte, optou-se por identificar os usos atuais por família e então foi elaborada uma lista dos chefes de família do quilombo. No caso de São Pedro, onde o número de famílias é maior, para cada uma foi estipulado um tempo, cerca de 20 a 30 minutos, para a pessoa localizar inicialmente sua residência e o limite das suas roças, desenhar os limites dos locais de uso atual e outros desenhos que identificassem no mapa, além de caracterizar a área (o que tem plantado, onde é mata, onde é capoeira etc). No caso de Morro Seco, onde o número de famílias é pequeno e o território é menor,

todos os presentes participaram em grupo da atividade e não foi necessário dividir o tempo. Antes de iniciar esta parte, foi indicada uma pessoa da comunidade para ser responsável por todos os desenhos, alguém que conhecia bem o território, para padronizá-los. Feito isto, iniciou-se o mapeamento da área de uso e influência de cada família.

Cada uso recebeu uma identificação no mapa e na ficha correspondente (exemplo na pag. 70). Antes de começar, foi definido o significado de cada cor. Nesta ficha foram acrescentados os detalhes do desenho (linha, polígono ou ponto). Por exemplo: se era uma estrada, descrevia desde quando estava aberta, se era uma área de uso, dizia qual uso (capoeira, agrícola, pecuária etc); se era de mata, dizia se era mata virgem, mata secundária, ou mata com predominância de tal árvore; se era um ponto, dizia se era uma residência etc.

Depois de algumas horas de trabalho foram identificadas áreas de uso de 42 famílias em São Pedro e de 10 em Morro Seco.

Na terceira parte todos os participantes olharam juntos, em plenária, a carta-imagem com os usos colocados por cada chefe de família e identificaram se havia novas informações. Somente o responsável pelo desenho fez as alterações.

No segundo dia foi iniciada a quarta parte do trabalho, o mapeamento participativo das áreas de uso futuro. Para isto, o trabalho foi feito em um mapa com as Áreas de Preservação Permanente demarcadas e com imagem de satélite de alta resolução de fundo, onde os moradores analisaram áreas para futuras roças e outros usos como coleta de recursos, instalação de



O papel do facilitador no mapeamento participativo

1. O facilitador *não desenha nunca*, escreve nas fichas.

2. Deve checar os padrões de legenda e ajudar a identificar as informações corretamente.

3. Não deve deixar o grupo dispersar e deve integrar aqueles que estiverem calados.

4. Nunca induzir ou dizer o que vê no mapa, mas ajudar o participante a se localizar.

5. Estimular o máximo possível o reconhecimento da área com perguntas:

- O que você vê? O que é essa área aqui? De quem é essa casa?

- Onde está sua residência?

- Há lugares, sítios históricos (trilhas e antigos caminhos)?

- Há locais com recursos potenciais para serem usados? - Onde? Que recursos são esses?

- Você sabe que vegetação é essa aqui?

- Qual o nome desse córrego ou rio?

infraestrutura, moradias e áreas de conservação. Conforme as futuras áreas de roças foram sendo desenhadas, as comunidades discutiram como cuidar das Áreas de Preservação Permanente e abandoná-las buscando novas áreas para os plantios. No caso de Morro Seco discutiram a forte limitação de uso futuro que a comunidade enfrenta caso as áreas de terceiros não sejam indenizadas e venham para a mão da associação. Optaram por planejar os usos futuros considerando estas áreas como de posse da associação.

Por último, aconteceu uma conversa com os participantes sobre as possibilidades de locais para demarcar a Reserva Legal. Foram lembrados os conceitos trabalhados no dia anterior e as necessidades legais desta adequação. Em São Pedro dois possíveis locais de áreas de mata fechada sem uso atual foram indicados para conservação de floresta, fauna e água e que representam potencial para estabelecimento da Reserva Legal. Em Morro Seco os participantes apontaram um local. As áreas apontadas pelas comunidades foram escolhidas pelo seu estado de conservação e também pelo pouco uso e difícil acesso dos moradores a estes locais (declividade, mata mais fechada etc.). Outro fator considerado na escolha das áreas foram os corredores ecológicos, houve preferência por locais que se conectam com as Unidades de conservação do entorno e com áreas de mata dos territórios quilombolas vizinhos.

O ISA digitalizou o material produzido na atividade de mapeamento participativo e levou os resultados para serem validados em outra oficina.

Principais resultados obtidos:

- Mapeamento participativo de uso atual e futuro elaborado com:
- Áreas de roças atuais e futuras indicadas;
- Acordos sobre áreas de conservação previamente discutidas.

LIÇÕES APRENDIDAS:

- No caso das duas comunidades em que o mapeamento aconteceu, uma das lições aprendidas é que esta atividade é uma oportunidade para que todas as pessoas da comunidade conheçam melhor o território. A ferramenta do mapa ajuda a entender a complexidade e as riquezas do espaço físico. Desperta nos envolvidos o interesse de aprender e participar.
- Também é uma atividade que leva tempo para ser feita e exige muito cuidado na coleta da informação e no desenho das áreas. Depois que as informações são georreferenciadas é preciso uma nova verificação com a comunidade para ajustes.



Oficina de Validação: Validar os resultados de forma participativa

Objetivos da atividade:

- Lembrar, avaliar e validar o “Ciclo de Oficinas Quilombo que queremos” e mostrar qual a relação desse processo com os objetivos do trabalho (planejamento e gestão territorial);
- Validar os resultados do mapeamento participativo preliminar realizado na última oficina.
- Discutir quais são os passos futuros dos trabalhos para se chegar à Oficina de Projeto;
- Discutir quais (tomadas de) decisões contribuirão para a continuidade dos trabalhos, dentro dos objetivos discutidos e das prioridades a serem definidas pela comunidade.

Resultados esperados:

- Resultados das atividades anteriores (diagnósticos e planos de ação) complementadas e validadas coletivamente;
- Entendimento coletivo sobre em que medida as oficinas realizadas respondem/atendem os objetivos deste ciclo, planejamento e gestão territorial dos quilombos de Morro Seco e São Pedro.

Tipo de atividade: Oficina

Tempo de duração: 1 dia

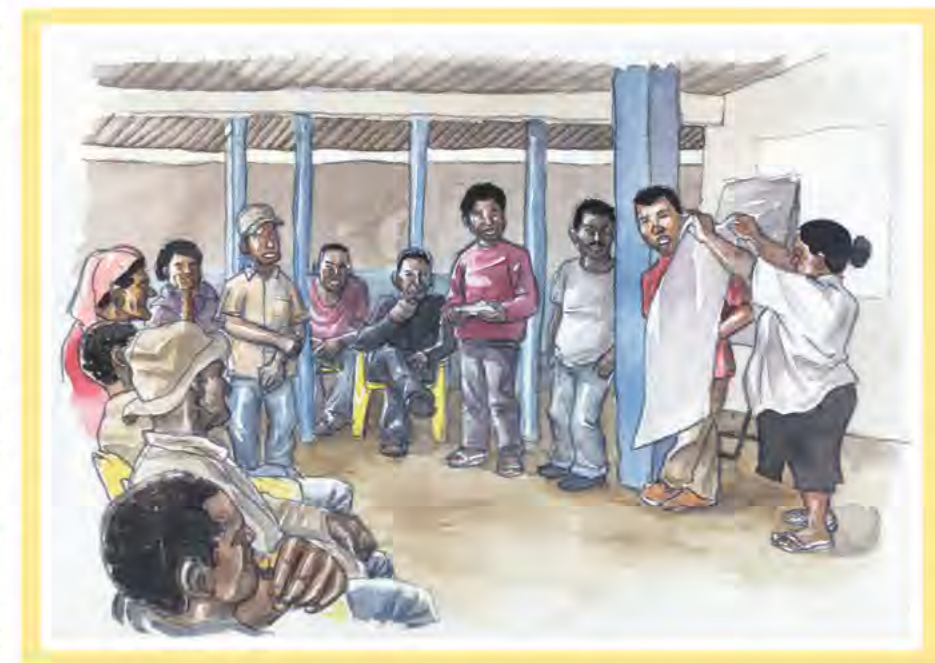
Atividade lúdica: dinâmica do Sorriso Feliz (pag. 62)

O que e como foi feito

Iniciaram-se as atividades fazendo um momento de retrospectiva do processo de planejamento realizado até então. Com uma fala de resgate os resultados obtidos (planos de ação, acordos coletivos, mapeamento participativo) foram apresentados em PowerPoint com fotos de cada atividade realizada. A informação foi disponibilizada de forma impressa e os mapas expostos no local da oficina para consulta e correções.

No primeiro instante foram destacados os melhores momentos e os aprendizados considerados importantes para reflexão coletiva. Para esta reflexão foi utilizado um roteiro com as questões:

De onde saímos? O que buscamos e como fizemos? Onde estamos e onde queremos chegar?



A apresentação foi intercalada com perguntas de esclarecimento e complementações da comunidade sobre o processo realizado até então.

No momento seguinte, os participantes foram divididos em grupos e orientados para que trabalhassem com questões norteadoras:

- O processo que foi realizado atende a expectativa de vocês sobre planejamento do território?
- O plano que está sendo construído atende às demandas reais da comunidade?
- Em que este processo contribuiu concretamente para o dia a dia da comunidade? Houve alguma mudança positiva? Algum fato relevante? Cite exemplos.

No retorno à tarde, cada coordenador de grupo fez a apresentação das conclusões a que chegaram sobre as perguntas debatidas. Enquanto falavam, os pontos mais relevantes das falas de avaliação da comunidade foram anotados em flip-chart.

Em seguida foi aberta a discussão para a plenária. Neste momento estimularam-se as pessoas a lembrarem dos objetivos do planejamento territorial e para avaliarem se estavam caminhando para atingi-los. As contribuições foram anotadas.

Na etapa seguinte partiu-se para a validação dos mapas que estavam dispostos no local da oficina. Foi solicitado que os participantes olhassem o resultado do mapeamento e fossem anotando possíveis erros e informações faltantes. Na sequência, orientou-se que conversassem entre si sobre o que observaram. Após as anotações, os participantes escolheram um relator para apresentar de forma organizada os erros e/ou problemas; as sugestões de correções; e as novas inserções de tema. No caso das duas comunidades houve poucas sugestões de alteração e para fazer a modificação à proposta foi acordada coletivamente.

Ao final da oficina ficou decidido que a próxima seria voltada à elaboração de um ou dois projetos prioritários, os quais deviam ser submetidos a um potencial financiador.

A comunidade ficou com a tarefa de se organizar e se reunir antes da data da oficina para conversar sobre os subsídios dos informes distribuídos, dos planos elaborados e as demandas prioritárias. Eles deveriam se orientar por perguntas-chaves para a estrutura do projeto:

1. Qual a ideia para o projeto a ser elaborado?
2. Qual o objetivo do projeto – aonde se quer chegar?
3. Atividades: O que se quer fazer?
4. Por que é necessário fazer isto?

Um animador foi escolhido para promover a reunião. Ele ficou responsável por agendar a data, avisar e anotar os resultados. Feito isto, a oficina foi encerrada com a avaliação escrita e lembrada a data da oficina seguinte.

Principais resultados obtidos:

- Informações dos diagnósticos produzidos nos levantamentos e nas atividades validadas;
- Reflexão e identificação coletiva dos resultados proporcionados pelo projeto até o momento.

LIÇÕES APRENDIDAS:

- A validação foi importante para a comunidade visualizar e atualizar o volume de dados e os produtos que eles construíram no processo de planejamento

Oficina de Projetos: Construir um projeto com ações prioritárias

Objetivo da atividade: Elaborar uma ou duas propostas de projeto, com base nas demandas prioritárias da comunidade visando proporcionar e exemplificar uma experiência concreta de como elaborar projetos e viabilizar a captação de recursos para realizá-los.

Tipo de atividade: Oficina:

Tempo de duração: 2 dias

Resultados esperados:

- Pelo menos um projeto elaborado com atividades, orçamento, metas e cronograma.
- Pessoas das comunidades com noções sobre elaboração de projetos.

Atividades lúdicas: Dança das Mãos (pag. 62)

O que e como foi feito:

A comunidade fez a apresentação sobre os resultados da “tarefa” que lhe cabia discutir. O animador, escolhido para relatar a conversa, apresentou as ideias produzidas pela comunidade, que foram sendo anotadas no flip-chart.

Em seguida foi aberto um debate em plenária com algumas perguntas referentes às ideias apresentadas. O importante foi esclarecer todos os pontos frágeis das propostas e a viabilidade de execução, considerando os recursos disponíveis no local, a mão de obra, os princípios e acordos comunitários sobre o uso e ocupação do território que tinham relação com as propostas apresentadas. Para cada demanda colocada foram anotados argumentos sobre a necessidade de intervenção e os possíveis encaminhamentos, como por exemplo:

Demanda para incrementar a agricultura tradicional quilombola por meio da conservação das variedades tradicionais, que garantem a alimentação.

Argumentos da necessidade:

- Os produtos da roça representam um ótimo potencial de mercado para serem comercializados por intermédio de programas como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), PPAIS (Programa Paulista



de Agricultura de Interesse Social) e o PNAE (Política Nacional de Alimentação Escolar), os quais deveriam ser mais bem aproveitados pela comunidade como fonte geradora de renda;

- Os agricultores desejam cultivar e vender aos programas, e além dos produtos tradicionais estão plantando pupunha e um pouco de banana, pois estas culturas podem dar retorno financeiro mais rápido;
- Necessidade de áreas maiores e de terra boa;
- Para comercializar o excedente das roças tradicionais é preciso ultrapassar barreiras como o licenciamento de roças e a falta de mão obra.

Encaminhamento:

- A Associação de São Pedro com o apoio do Itesp e da Associação Quilombola de Ivaporunduva fez um projeto de comercialização para o PAA, utilizando o plano de ação já elaborado em oficina. O projeto contemplou a venda dos produtos da roça, da horta e também da pupunha no ano de 2012 e destacou a necessidade de apoio e assistência técnica do Itesp para os produtores.

As propostas objetivaram a geração de renda e de infraestrutura para o desenvolvimento das atividades, com vistas a incentivar a permanência dos jovens nos quilombos, ponto central nas duas comunidades quilombolas.

As propostas escolhidas para serem transformadas em projetos foram analisadas em profundidade, num intenso debate. Considerou-se importante provocar a discussão coletiva porque o que costuma acontecer em geral é que os projetos vêm prontos para as comunidades por meio de programas governamentais, universidades e ONGs ou então são elaborados de cima para baixo sem fazer a conta da sustentabilidade social, econômica e ambiental, bem como do real impacto no desenvolvimento local. Pessoas das comunidades relataram também experiências positivas e negativas de outros projetos que executaram no passado.

Depois de definida a proposta e o objetivo, foi apresentado um roteiro para elaboração de projetos a partir de um edital concreto e aberto naquele momento para receber indicações. Com as anotações do debate da parte da manhã, foi possível identificar o objetivo geral e os específicos da proposta e construir o texto na plenária.

Depois do intervalo do almoço e retomadas as atividades, começou a elaboração do projeto trabalhando-se da seguinte forma:

- Grupos de trabalho:
 - Foram constituídos três grupos com coordenador e relator;
 - Cada grupo recebeu um objetivo específico do projeto e a tarefa de pensar quais atividades precisava fazer para alcançar aquela meta, como fazer e por que era importante. Assim foi criada uma lista de atividades e pequenos textos que depois formaram o projeto.

Os grupos trabalharam até o intervalo da tarde. Em seguida, apresentaram o que foi produzido e as complementações e esclarecimentos foram feitos em plenária.

Para detalhar o projeto, organizar a informação produzida e pensar no orçamento, a estratégia adotada foi propor à comunidade formar um grupo menor, composto por três pessoas de cada grupo do dia. O grupo menor ficou responsável por trabalhar no dia seguinte, avançando na elaboração do projeto e ficou agendado que às 16hs, toda a comunidade viesse para ouvir a apresentação e discutir o projeto a ser encaminhado.

Na manhã seguinte, o grupo escolhido iniciou o preenchimento do formulário específico do financiador. Numa grande mesa no local da oficina, o grupo indicou alguns jovens que manuseiam o computador para fazer a digitação das ideias (No caso específico de Morro Seco, como não havia ninguém habilitado com o computador no momento, o técnico do ISA assumiu esta função). Cada pergunta do formulário foi discutida e as respostas foram sendo anotadas. À medida que as perguntas foram aparecendo foi possível esclarecer as dúvidas sobre conceitos como objetivos, metas, indicadores e cronograma tornando este momento um aprendizado.

O grupo de trabalho (GT) não conseguiu finalizar todo o projeto, porque faltavam, por exemplo, informações sobre o orçamento. Para concluir ficou definido com o grupo de trabalho que nos dias seguintes à oficina seus integrantes fossem à cidade, até o escritório do ISA em Eldorado, para pesquisar as cotações na internet e fechar juntos o projeto.

O GT apresentou o que conseguiu construir a todos os participantes da oficina e as complementações foram feitas na plenária com uma avaliação escrita encerrando a oficina.

Nos quatro dias seguintes à realização da oficina, o GT das comunidades foi ao escritório do ISA para terminar os projetos que foram encaminhados para o edital trabalhado na atividade.

Principais resultados obtidos:

- Projetos elaborados e encaminhados para edital de financiamento;
- Processos de decisão coletiva propiciados pela discussão do projeto;



- Pessoas com melhor entendimento da complexidade da elaboração de projetos de desenvolvimento.

LIÇÕES APRENDIDAS:

- Mesmo desenvolvendo as etapas de elaboração de projetos de forma participativa, não são todos os comunitários que têm interesse em se aprofundar na técnica de elaboração. Traz melhor resultado e funciona como exercício de capacitação fazer o detalhamento da proposta com um grupo menor de pessoas interessadas em se habilitar na estruturação de um projeto. Neste caso, os mais interessados em contribuir foram pessoas jovens e de meia idade. Para os mais velhos é mais complicado lidar com o computador, com as planilhas etc.



Atividades Complementares

✓ Visitas de monitoramento e mobilização

Objetivo da atividade: Monitorar o entendimento e mobilizar as pessoas das comunidades para participar efetivamente do projeto.

Tipo de atividade: Visitas

Tempo de duração: 1 dia por visita

O que e como foi feito: Entre uma atividade e outra aconteceram visitas às comunidades para fazer a entrega do informe e conversar com os agentes locais e moradores sobre o projeto. Estas visitas representaram oportunidades de esclarecer dúvidas e mobilizar as pessoas. Nas primeiras visitas houve acompanhamento dos agentes locais de casa em casa entregar os convites para a oficina, convidar as famílias e explicar o que era o projeto. Esta ação ao longo do projeto foi importante para dialogar com pessoas que participavam pouco das atividades da associação e que quase não frequentavam as reuniões convocadas.

Principais resultados obtidos:

- Aumento gradativo da presença e da diversidade das pessoas nas atividades.

Levantamento de dados de campo – Diagnóstico Rural Participativo (DRP)

Objetivo da atividade: Aprofundar informações dos territórios relacionadas à agricultura e extrativismo para poder analisar o diagnóstico e pensar estratégias de futuro.

Tipo de atividade: Trabalho de campo



Tempo de duração: 03 meses

O que e como foi feito:

As questões prévias para a atualização do diagnóstico agrícola e extrativista foram validadas pelas comunidades no início do Ciclo, como já foi explicado.

A partir disto, foi organizado um formulário com as questões e agendado um treinamento com os agentes locais das duas comunidades, visando aperfeiçoar e testar as perguntas. Na ocasião, com ajuda dos agentes o questionário foi colocado numa linguagem conhecida pelos quilombolas, procurando utilizar padrões de medida e unidades com os quais eles estão familiarizados, por exemplo: salamim, braça, quarta (medidas de área utilizadas pelos quilombolas e outras comunidades do Vale do Ribeira).

Os agentes locais foram orientados para a aplicação e para a abordagem das pessoas entrevistadas, além de fazerem testes entre eles para que tirassem as dúvidas do questionário.

Depois do treinamento os agentes, com apoio dos técnicos, realizaram as entrevistas.

Antes da oficina de agricultura e extrativismo, os dados foram digitalizados em gráficos e tabelas que depois foram apresentados para as comunidades como já relatado, para uma análise coletiva e também para complementação de informações relevantes.

Principais resultados obtidos:

- Elaborado Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) da situação agrícola e extrativista das comunidades;
- Pontos frágeis e potencialidades relacionadas à agricultura e ao extrativismo identificados, discutidos coletivamente e com propostas de encaminhamento.

LIÇÕES APRENDIDAS:

- A preparação das perguntas e das pessoas antes de aplicar o questionário foi importantíssima para garantir a qualidade dos dados obtidos.
- A validação na apresentação dos dados permite corrigir os problemas de forma participativa.

Elaboração do Banco de Dados

Objetivo da atividade: Elaborar um banco de dados ambientais, econômicos e culturais com informações relevantes sobre as formas de uso e manejo tradicional das comunidades.

Tipo de atividade: Trabalho de consultoria



Tempo de duração: 12 meses

O que e como foi feito: Desde o início do projeto, em paralelo às demais atividades descritas, foi iniciada a elaboração de um banco de dados, com apoio de consultoria especializada em Tecnologia da Informação. Para a modelagem deste banco, foram feitas reflexões e definidos quais indicadores poderíamos gerar a partir de informações possíveis de atualização e de utilidade para as decisões de planejamento dos territórios.

Exemplo de algumas perguntas que nortearam a modelagem:

Indicadores ambientais e culturais:

1) Situação ambiental

Quantas áreas de uso para roça cada família tem?

Quais são as áreas de manejo de recursos naturais na comunidade?

Quais são os insumos mais usados pela família e pela comunidade?

Quais recursos são mais difíceis de encontrar na comunidade?

Qual a porcentagem de roças em cumprimento com a Legislação Ambiental?

2) Segurança alimentar

Qual o número de variedades plantadas anualmente pelas comunidades?

Qual o número de roças com licenças ambientais?

Qual a origem das sementes/mudas?

Qual a época de plantio e colheita das variedades plantadas?

Qual porcentagem da produção é consumida pela família/comunidade e qual é vendida ou trocada?

3) Bens Culturais

Quais são os bens culturais da comunidade?

Quais produtos e modos de fazer são considerados bens culturais?

Qual a condição dos bens culturais na comunidade? (íntegro, ruína, memória)

Indicadores econômicos:

Quanto da produção é vendido?

Qual a receita bruta da produção total da família e da comunidade?

Quais programas de renda direta e políticas de comercialização agrícola as famílias acessam?

Quantas famílias acessam as políticas públicas de comercialização?

Principais resultados obtidos:

Banco de dados que responde às demandas do planejamento territorial, servindo como ambiente para armazenamento, atualização, recuperação e análise dos dados.

6º Passo: **Sistematização da informação e elaboração do caderno de planejamento territorial para as comunidades**

Ao final do processo de planejamento, as informações foram organizadas para compor um material para as comunidades contendo um breve diagnóstico, o que foi realizado, como aconteceu e os resultados que representam o planejamento territorial das comunidades.

Para deixar a informação disponível a toda comunidade e para a associação, tudo foi organizado no formato de um caderno, utilizando uma linguagem simples e acessível.

O caderno das comunidades traz informações técnicas obtidas durante diagnósticos participativos e reflexões sobre temas socioambientais contemporâneos, relacionados ao desenvolvimento do território quilombola.

No texto para as comunidades foram relatados os encaminhamentos tirados ao longo do processo de planejamento territorial e as orientações de como esse processo pode resultar na elaboração de um projeto. O objetivo é que o caderno sirva para ser consultado e auxiliar a associação quilombola a tomar decisões sobre o uso e gestão de seu território.

7º Passo: **Implementação do planejamento territorial participativo**

A importância do fortalecimento organizativo local

Para que os projetos desenvolvidos com comunidades não se percam ou sejam interrompidos logo após o término do financiamento, as ações precisam ser planejadas e incorporadas pelas organizações locais.

A associação quilombola é um espaço adequado e fundamental para fazer todo o esforço coletivo de realizar as demandas do território.

O fortalecimento da cultura quilombola depende da transmissão dos conhecimentos, aprendizagem e organização social, de um crescimento equilibrado, da segurança na terra, da sustentabilidade da produção agrícola e da presença de lideranças fortes capazes de manter essa organização.

A associação é uma entidade jurídica e um dos meios de organização para dentro da comunidade e para o relacionamento da comunidade com a sociedade envolvente, com autoridades públicas e outros parceiros. Por meio dela, a comunidade conversa, discute, propõe e assume as responsabilidades sobre as decisões tomadas.



Moradores do quilombo São Pedro em reunião para validação do Caderno de Planejamento Territorial Participativo da comunidade.

Foto: Acervo/ISA.

A relação/rede de parceiros

O planejamento territorial atendeu parcialmente as demandas apontadas na Agenda Socioambiental Quilombola priorizando aquelas de interesse comum e de alcance para resolução pela comunidade e de alguns de seus parceiros.

No caso específico das comunidades quilombolas de Morro Seco e São Pedro a rede de relações está clara e é composta pelo segmento governamental, pelas organizações da sociedade civil como ONGs, associações e movimentos sociais e pelas organizações religiosas.

Com as parcerias existentes, as comunidades têm condições de buscar apoio para demandas específicas colocadas em seus planos de ação. No caso de problemas relacionados com infraestrutura, saúde e educação, demandam que as políticas públicas cheguem até os quilombos, e para isto as associações desenvolvem o papel de cobrar seus direitos junto aos órgãos competentes.

Uma comunidade organizada, que consegue gerir seus conflitos e que, portanto, tem autonomia em suas decisões, é capaz de manter suas parcerias, conquistar seus objetivos e superar seus obstáculos. Nesse sentido, em todas as etapas do processo, houve a incorporação de questões voltadas para o fortalecimento e organização da associação e das pessoas como um todo.

O acesso a recursos financeiros e formação de recursos humanos locais

No processo de planejamento territorial, informar e contribuir com as associações para que pudessem captar recursos visando desenvolver seus planos foi uma estratégia adotada.

Em geral, a forma mais utilizada para captação de recursos pelas comunidades é por meio de projetos, submetidos a diferentes fontes de financiamento (como no exemplo do quadro Fontes de recursos). Neste caso, durante a oficina de projetos, exemplos foram mostrados e apontadas possíveis fontes, discutindo com as comunidades formas de acessá-las. Elaborando projetos e executando-os por meio da associação local há um processo de formação de pessoas, recursos humanos locais que dependem cada vez menos de organizações de fora para seu desenvolvimento.

Atualmente, os jovens das comunidades estão estudando, se capacitando e chegando à universidade. Des-

tes, alguns voltam para o território e acabam atuando no apoio para a associação, o que ajuda a comunidade em seus projetos locais.

Revisitar o planejamento

No projeto relatado, as comunidades acordaram coletivamente que farão a revisão do planejamento verificando se o que foi planejado dois, três, ou quatro anos atrás é prioritário e se o problema já foi resolvido.

As sugestões de como fazer este monitoramento, no caso das associações quilombolas, foram as seguintes:

- Seja feito nas reuniões trimestrais ou mensais das associações – propõe-se que seja feita uma avaliação do andamento das atividades planejadas nos projetos da comunidade utilizando ferramentas de avaliação que conhecem e que estão disponíveis no caderno de planejamento.
- Um sistema de planilhas eletrônicas, por exemplo, pode auxiliar no monitoramento das ações e dos recursos financeiros. É possível colocar no computador os planos e projetos e a cada atividade realizada lançar o que foi feito, os resultados, o que foi gasto.

As comunidades devem atualizar sempre que possível os dados sobre o quilombo, sobre cultura, turismo, extrativismo, agricultura e legislação, que foram levantados e estão sistematizados no caderno. Assim sempre terão um ponto de partida real para replanejar.

Quais são as fontes de recursos financeiros para projetos?

Recursos públicos: aqueles advindos de órgãos governamentais, em nível municipal, estadual ou federal e de governos e organismos internacionais.

Outras modalidades

a) Fundo não reembolsável: São recursos que não precisam ser devolvidos. Podem ser fundos públicos, nacionais, estaduais ou municipais, por exemplo: Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) e Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro).

b) Linhas de crédito com juros subsidiados: São empréstimos oferecidos por agentes financeiros, como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e o Banco do Povo. Oferecem juros menores que os de mercado, e parte do valor destinado pode ser à fundo não reembolsável.

c) Incentivos fiscais: São oferecidos pelo governo à iniciativa privada sob a forma de dedução de impostos e não se apresentam como uma forma direta de captação, mas sim como benefício fiscal.

d) Recursos privados: São aqueles advindos das mais diversas instituições, tais como:

Empresas: Algumas destinam parte de seu lucro para apoiar projetos de ONGs, associações, igrejas e comunidades por meio de doações diretas ou de fundações próprias.

e) Associações religiosas: Algumas instituições possuem seus próprios projetos, outras realizam doações ou financiam projetos na área de direitos humanos, desenvolvimento social, violência, geração de renda e meio ambiente.

f) Fundações: São instituições de origem empresarial ou privada, criadas com a finalidade de executar ou financiar projetos sociais, ambientais e culturais voltados para o desenvolvimento e bem estar social. Podem ser nacionais ou estrangeiras e quando financiam projetos, geralmente possuem linhas de financiamento bem definidas, assim como formulários específicos para a sua elaboração.

Qual a documentação necessária?

Cada fonte de financiamento exige um tipo de documentação específica que serve para comprovar a regularidade da instituição proponente (quem solicita o recurso). A documentação mais comum solicitada é:

- a) Estatuto e CNPJ da instituição proponente;
- b) Ata da eleição da atual diretoria;
- c) Documentos pessoais do representante legal;
- d) Certidões negativas (municipal, estadual e federal);
- e) Termo de acordos de parcerias;
- f) Currículo da equipe técnica;
- g) Currículo da instituição;
- h) Projetos arquitetônicos (no caso de construções ou reformas).

Instituições que atualmente têm relação de parceria ou responsabilidade com as associações quilombolas de Morro Seco e São Pedro

Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo)

Fundação Cultural Palmares

Incra (Instituto de Colonização e reforma Agrária)

Eaacone (Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras)

ISA (Instituto Socioambiental)

Faquirar (Federação das Associações Quilombolas do Vale do Ribeira)

Cepce (Centro de Educação e Cultura Empreendedora)

Moab-Movimento dos Ameaçados por Barragens

Cati- Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral

Prefeitura de Eldorado/SP.

Prefeitura de Iguape e Juquiá/SP.

USP-Leste

FF (Fundação Florestal do Estado de São Paulo)

O compromisso coletivo com o desenvolvimento do território

Para que os resultados do planejamento sejam concretizados, a comunidade estabeleceu alguns compromissos:

1. A responsabilidade de organizar as conversas sobre o território é da associação quilombola, que é a responsável oficial pela gestão territorial;
2. Esta gestão será compartilhada com os grupos de trabalho existentes nas comunidades, por exemplo: grupo da horta, grupo da roça, grupo da panificação, grupo do fandango, grupo do turismo etc; Cada grupo deve assumir o plano de ação correspondente à sua área de trabalho;
3. Há ações que dependem da organização de grupos de trabalho, de mutirões e que não dependem só de recursos financeiros, e podem ter início imediato.

Atividades lúdicas aplicadas

1. Dinâmica de recortes de revistas

Para a realização desta atividade, recortes de revistas, jornais e imagens são apresentados aleatoriamente e cada participante escolhe o recorte ou a imagem com a qual se identifique e que traduza melhor suas motivações e anseios.

Na sequência cada um é convidado a expor as motivações que o levaram para a reunião, inspirado pela imagem que escolheu.

Para que serve: levantar as expectativas das pessoas em relação aos projetos/atividades a serem executados.

2. Jogo Tangran

Peças geométricas que se encaixam e formam diversas figuras.

Duração: de 20 a 30 minutos

Como foi aplicado:

Fase 1

Objetivo: Montar um quadrado

Tarefa: Anotar os passos do grupo para ir montando o quadrado

Tempo: 15 minutos

Regras: As peças não podem ser sobrepostas e todas tem de ser usadas. Devem estar juntas sem espaço entre elas.

Geralmente quando os participantes recebem a tarefa de montar a figura com pouca informação eles têm muita dificuldade em chegar ao objetivo.

Fase 2

Objetivo: Montar o quadrado ou outra figura conforme o modelo

Tarefa: Anotar os passos do grupo para montagem

Tempo: 10 minutos



Resultados: Geralmente na segunda tentativa quando os participantes sabem o que e como montar, o tempo é reduzido e rapidamente chegam ao objetivo.

Para que serve: o jogo ajuda a trabalhar a importância de estabelecer objetivos claros para as atividades a serem planejadas.

3. A ilha

Tempo de aplicação: 25 minutos

Número máximo de pessoas: 30

Número mínimo de pessoas: 4

Objetivos: Proporcionar um momento que exija a cooperação entre membros de um grupo e pensamento estratégico para resolução de um problema.

Materiais: um tapete grande ou lona

Como fazer:

- Colocar um grande tapete ou lona sobre o chão.
 - Pedir que os participantes fiquem em cima do tapete.
 - Informar que o tapete é uma ilha. Tudo em volta, conseqüentemente, é mar. Eles não têm comida e precisam fazer algo para sobreviver. O que fariam?
 - Deixar os participantes interagirem por cerca de 15 minutos.
- Geralmente eles ficam andando sobre o tapete, não pisam no mar, etc.
- Depois do tempo estabelecido, conversar com os participantes sobre a experiência.

Dicas:

1. Questionar o grupo:

- Foram criadas estratégias para sobrevivência? Como ocorreu este processo?
- Surgiu alguma liderança? Como influenciou o grupo?
- Quais foram as estratégias pensadas e os motivos pelos quais decidiram ou não executá-las?

2. Observar como decorreu o trabalho em equipe, apontando durante a discussão pontos que tenham chamado a atenção para o grupo.

Observações:

O tempo pode ser variável, para mais ou para menos, sendo que a atividade pode passar para a discussão a partir do momento em que o grupo conseguir achar uma solução.

Para que serve: estimular o trabalho em equipe, Relacionamento interpessoal, Comunicação, Estratégia, Visão de futuro.



4. Dinâmica do nó humano

Duração: 10 minutos.

Como fazer:

- Forme um círculo, todos de mãos dadas. Oriente cada um para observar bem quem está ao seu lado direito e ao seu lado esquerdo e frise bem que "Não pode esquecer, nem trocar!".
- Peça ao grupo que solte as mãos e caminhe livremente pela sala, procurando cumprimentar pessoas diferentes daquelas que estavam a seu lado. Depois de um minuto, peça que parem onde estão.
- Peça que cada um procure, sem sair do lugar, dar a mão novamente a quem estava à sua direita e à sua esquerda (quanto mais confusa for esta parte melhor). No final, você deve ter um amontoado de gente.

- Agora a brincadeira começa: o objetivo é, sem soltar as mãos, voltar a ter um círculo no centro da sala. O grupo deve conversar entre si e determinar quem passa por baixo de que braços, e por cima de outros braços, até que o círculo fique completo.

Podem se formar vários grupos, e fazê-los competir entre si (quem termina mais rápido, quem termina certo etc.).

Depois do jogo, proponha uma reflexão: Alguns terão que fazer um esforço maior que outros, mas todos terão que fazer a sua parte. Esta dinâmica chama a atenção para a seguinte mensagem: se o trabalho em grupo é planejado, tudo funciona melhor e o resultado certamente será positivo.

Para que serve: ajudar na integração das pessoas e na resolução de conflitos.



5. Dinâmica do barco

Duração: 5 minutos

Como fazer:

Os participantes são divididos em grupos de cinco a seis pessoas e cada um recebe uma condição de privação, surdez, cegueira, mudo, falta de um braço, etc. Cada grupo recebe uma folha em branco e um lápis e tem o objetivo de desenhar um barco, sendo que cada



participante do grupo só pode fazer um traço do desenho. É estabelecido um tempo para a atividade de 5 minutos. Encerrado o tempo abre-se a discussão do papel de cada um na execução de uma tarefa. Mesmo que tenha uma deficiência traduzida como dificuldade, sempre há um jeito de ajudar.

Para que serve: mostrar aos participantes que cada indivíduo tem qualidades que nem percebe e que de alguma forma todos podem contribuir para o sucesso de um projeto. Mas para isto é preciso confiar no talento do outro e dar oportunidade às diferentes formas de contribuição.

6. Dinâmica da Dança das Cadeiras

Duração: variável conforme o número de participantes

Como fazer:

Colocar em círculo um número de cadeiras menor que a metade do número de participantes. Em seguida, propor o objetivo comum: terminar o jogo com todos os participantes sentados nas cadeiras que sobrarem. Colocar música para todos dançarem. Quando a música parar, TODOS devem sentar usando as cadeiras (e os colos uns dos outros). Em seguida o facilitador tira uma ou duas cadeiras (e assim sucessivamente). Ninguém sai do jogo e a dança continua até nova parada (e assim por diante). Os participantes vão percebendo que podem se liberar dos velhos, desnecessários e bloqueadores “padrões competitivos”. Na medida em que se desprendem dos antigos hábitos, passam a resgatar e fortalecer a expressão do “potencial cooperativo” de jogar e viver. O jogo prossegue até restar uma cadeira, ou mesmo sem cadeira (vai até onde o grupo desejar).

Depois do jogo, proponha uma reflexão: *Alguns terão que fazer um esforço maior que outros, mas todos terão que fazer a sua parte.*

Para que serve: reforçar a importância que trabalhos em grupo precisam ser planejados e as responsabilidades divididas, para que funcione melhor, e o resultado certamente será positivo.

7. Dinâmica do “Qualidade”

Duração: variável conforme o número de participantes

Como fazer: Cada um anota em um pequeno pedaço de papel a qualidade que acha importante em uma pessoa. Em seguida todos colocam os papéis no chão, virados para baixo, no centro da roda. Ao sinal, todos devem pegar um papel e em ordem devem apontar rapidamente a pessoa que tem esta qualidade, justificando.

Para que serve: Minimizar conflitos, valorização pessoal.

8. Dinâmica do “Pegadinha do Animal”

Duração: 5 minutos

Como fazer:

Entrega-se a cada participante um papel com o nome de um animal, sem que um veja o do outro. Em seguida todos ficam em círculo de mãos dadas. Quando o animal for chamado pelo coordenador, a pessoa correspondente ao animal, deve se agachar tentando abaixar os colegas da direita e da esquerda. E os outros devem tentar impedir que ele se abaixe.

Obs.: todos os animais são iguais, e quando o coordenador chama o nome do animal todos vão cair de “bumbum” no chão, causando uma grande risada geral.

Uma variação desta dinâmica é pedir que cada um imite um animal e os outros tentem adivinhar. Também fica engraçado.

Para que serve: “quebra gelo” descontração geral.

9. Dinâmica dos autógrafos

Duração: 5 a 10 minutos

Como fazer:

Cada participante recebe uma folha de papel em que deverá, ao sinal de comando do facilitador, conseguir o maior número de autógrafos de seus colegas no tempo de 1 (um) minuto. Não vale autógrafa repetido. Após esse minuto, o facilitador solicita aos participantes que identifiquem os fatores que dificultam a realização do objetivo do jogo (conseguir os autógrafos dos colegas). Depois desse debate, inicia-se o segundo tempo, dando mais 1 (um) minuto para que os participantes colem os autógrafos. Mas antes de iniciar o segundo tempo, o facilitador solicita que todos parem para pensar juntos. No final, questiona sobre os fatores que facilitam o jogo. A comparação dos fatores, os que dificultam e os que facilitam, mostrará que o grupo iniciou a tarefa em conflito e depois, utilizando a cooperação, conseguiu realizar a tarefa.

Para que serve: fortalecer a importância da cooperação para atingir objetivos.

10. Dinâmica do Cabo da Paz

Duração: 5 minutos

Como fazer: Divida o grupo em duas equipes. Demarque um círculo de aproximadamente 60 cm de diâmetro e posicione-se no centro do círculo. Divida as equipes, uma a direita, outra à esquerda.





A tarefa das equipes é puxar a corda como em um cabo de guerra até o saco arrebentar e liberar a surpresa no centro do círculo. Se o conteúdo do saco cair fora do círculo, todo o conteúdo do saco será do facilitador.

Material: cordas grandes; um saco plástico preto ou de qualquer outra cor opaca (não serve transparente); bombons, balas ou qualquer outra prenda em igual número ao de participantes.

Para que serve: estimular a participação de todos os componentes do grupo de forma cooperativa; desenvolver o autocontrole para atuação em equipe; perceber o que vem a ser “espírito de equipe”.

11. Dinâmica do Sorriso Feliz

Duração: 10 a 20 minutos

Como fazer: Escolhe-se uma pessoa que o grupo considera séria. Esta pessoa senta no centro da roda. Em seguida cada participante vai até ela e faz alguma coisa para que a pessoa dê risada. Não se pode tocar na pessoa, fazer cócegas etc. Apenas fazer gestos e falar. Se a pessoa rir ela perde o jogo, se não rir ganha. À medida que as pessoas vão realizando a brincadeira, todos acabam rindo muito das caretas e piadas, e é bem divertido!

Para que serve: descontrair, criar um clima alegre.

12. Dança das Mãos

Duração: 5 a 10 minutos

Como fazer: Formam-se duplas de dançarinos. Ao som da música todos saem dançando e o facilitador vai dando as ordens quando abaixa o som: *Agora três pessoas!* (aí as pessoas devem fazer um grupo maior, juntar com outras) continuam dançando e o facilitador diz: *agora 4 pessoas! 5 pessoas...* até que se forme um único grupo de mãos dadas.

Para que serve: Descontrair, criar um clima alegre, despertar.

13. Dinâmica da Escultura

Duração: 10 minutos

Como fazer: Cada participante escolhe um colega e forma uma dupla. Primeiro um deles mentaliza um personagem e posiciona o corpo do outro de acordo com o que pensou (por exemplo cruza os braços, dobra a perna etc). Depois que cada um fez sua escultura, o grupo tenta adivinhar o que a pessoa representam, até que todos as esculturas sejam reveladas.

Para que serve: quebrar o gelo.



Ferramentas metodológicas do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e outras utilizadas no projeto

Para que o envolvimento da comunidade ocorra, há várias abordagens e metodologias participativas que associam o conhecimento técnico e local na análise das formas de manejo e conservação dos recursos naturais, no planejamento e gestão e para o desenvolvimento social (VIEIRA ET AL, 2005). Entre estas metodologias destacam-se o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e o Diagnóstico Rural Rápido (DRR), que são um conjunto de técnicas, “enfoques e métodos dirigidos a permitir que a população local compartilhe, aumente a capacidade de análise e aumente seus conhecimentos, para planejar as ações e atuar em sua realidade” (FARIA E NETO, 2006). Esses diagnósticos podem ser complementados por outras ferramentas metodológicas.

Para o projeto de planejamento territorial utilizamos algumas ferramentas do DRP e outras descritas abaixo:

Mapa falado e/ou mapa de percepção

Objetivo	Levantar informações sobre a situação atual, as características e os recursos de um determinado espaço que será representado por um desenho do espaço ou território que está sendo objeto de reflexão. Pode ser um bairro, uma comunidade, um município, um país, uma universidade, entre outros.
Material	Flip-Chart, cartolinas ou papel Kraft, papéis com limite do território e canetas coloridas
Aplicação	Solicitar ao(s) grupo(s) que desenhem a cara da sua comunidade ou organização, incluindo patrimônio, equipamentos, quantas famílias, como organizam as atividades etc. Pedir para o(s) grupo(s) apresentarem o desenho para a plenária.
Sistematização	Ir anotando as informações novas que forem surgindo durante o debate.
Variações	Estrutura da organização, desenho coletivo

Como foi usado: Adaptou-se a ferramenta do mapa falado levando para as comunidades um mapa com apenas o limite territorial e solicitando que representassem pelo desenho o quilombo do presente (retrato da realidade) e o quilombo do futuro (sonhos).



Diagrama de Venn

Objetivo	Explorar o ambiente externo da organização, identificando as cooperações existentes, potenciais, necessárias e estratégicas com outras organizações. Bem como caracterizar a relação de cooperação (local e próxima, regional e próxima, local e distante)
Material	Flip-Chart ou papel Kraft e canetas coloridas
Aplicação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Solicitar que o grupo desenhe sua organização de forma simbólica no centro do papel (ex.: uma casa ou uma figura representativa do grupo) 2. Pedir ao grupo para listar as organizações com as quais mantém contato 3. Pedir para o grupo descrever cada organização mencionada (o que ela faz, porque o grupo mantém relação com esta organização, com que pessoas/departamentos, se a organização têm abrangência local, regional, nacional ou internacional, se é grande ou pequena etc.) 4. Caracterizar cada relação (frequência de contato, se a relação é boa ou problemática, se já houve conflito etc.) 5. Levantar a importância das relações para o grupo <p>Durante o processo de elaboração do quadro é importante organizar uma legenda com os diferentes significados das linhas que ligam a figura que representa a associação com cada organização.</p>
Sistematização	<p>Uma vez terminado o desenho, o facilitador começa a estimular o grupo para discutir a situação atual da relação em questão, a importância e o papel da relação para alcançar os objetivos do grupo.</p> <p>Levantar quais as relações que devem ser modificadas e de que maneira estas mudanças podem ser viabilizadas.</p> <p>Exemplos de perguntas orientadoras:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Se vocês pudessem mudar alguma coisa nas relações, o que mudariam? 2. Como vocês podem mudar/melhorar esta relação?



Agenda de Compromissos – planejamento, avaliação e sistematização:

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
Objetivos	Planejar e organizar as atividades do projeto com o grupo. É um instrumento importante para monitorar a implantação das mudanças acordadas com a organização. Antes de utilizar a agenda é importante que os objetivos das atividades já estejam claros e acordados, e as atividades necessárias para alcançar estes objetivos também.					
Material	Página impressa com o modelo de agenda acima					
Aplicação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Distribuir o impresso para os participantes do grupo 2. Levantar as datas de festas da comunidade 3. Levantar as datas de feriados locais 4. Acordar as datas para as atividades 5. Recomendar ao grupo manter a agenda em local seguro e trazer a sua cópia em todas as reuniões. 					
Sistematização	É importante anotar na agenda do facilitador os motivos e horários de preferência do grupo para as diversas atividades.					
Observação	Levar a agenda em todas as reuniões e mantê-la atualizada. Pode ser em formato digital.					
Como foi usada	Para fazer a agenda de atividades com as comunidades no início do projeto.					

Ficha de Acompanhamento/avaliação/sistematização do projeto

Local e data:	Comunidade:
Técnicos Envolvidos:	Projetos Relacionados:
Instituições Parceiras:	Tipo de atividade: () visita técnica () oficina () reunião () seminário () curso () outros _____
Material Produzido:	() ata () lista de presença () fotos () notícia/Post/Blog () vídeo () outros _____
Proposta da Atividade:	
Desenvolvimento da atividade:	
Encaminhamentos:	
Informações relevantes durante a atividade:	
Outras questões pertinentes:	
Como foi usada	Para sistematizar as atividades do projeto, produzir os informes e assim ter as informações organizadas para os relatórios. Também para monitorar e avaliar a execução.

Roteiro para o mapeamento participativo: exemplo de como foi planejada a execução da atividade para a oficina

Tempo estimado de execução da atividade: 8hs (1 dia)

Planejamento: a atividade será executada ao longo do primeiro dia e parte da manhã do segundo dia, com trabalhos em grupo.

Em Morro Seco serão dois grupos de trabalho ou um, caso haja poucos participantes.

Serão distribuídas duas cartas-imagem. Cada grupo receberá um conjunto de canetas para desenhar sobre o mapa. O desenho deve ser representado de três formas: **linha** (indica uma trilha, caminho); **polígono** (indica o limite da área de uso da família ou com um determinado uso fora da familiar); **ponto** (indica um recurso isolado, uma edificação, etc). Desenhos sobre a carta de resolução 2,5 metros serão pontuais e servirão para identificar eventuais usos do entorno. Cada desenho receberá uma identificação no mapa e na ficha correspondente. Nesta ficha serão acrescentados os detalhes do desenho (linha, polígono ou ponto). Por exemplo: se for uma trilha, dizer se é trilha histórica, picada, em que data foi aberta; se for uma área de uso, dizer qual uso (capoeira, agrícola, pecuária etc); se for de mata, se é uma mata virgem, mata secundária, ou uma mata que tem dominância de uma árvore determinada (escrever o nome da árvore); se for um ponto, dizer se é uma residência etc.

Esse mapeamento será realizado em partes da oficina:

✓ Parte 1 – Todos olharão o material exposto por completo, inicialmente, para reconhecer os locais. Após isso, o instrutor dá o sinal e os participantes param sobre a imagem onde está sua moradia (tempo estimado: 30' a 40').

✓ Parte 2 – Os participantes divididos em grupos de vizinhança devem então olhar toda a imagem, localizar inicialmente suas residências e o limite do sítio/lote, desenhar os limites dos locais de uso atual e outros desenhos que identifiquem elementos na imagem, inclusive no entorno (tempo estimado: 2hs'). Elege-se um responsável pelo desenho do grupo.

✓ Parte 3 – Os grupos olham as cartas-imagem dos vizinhos e identificam se há novas informações (tempo estimado: 1 h 30'). Somente o responsável pelo desenho do grupo é que deve desenhar sobre o mapa.

✓ Parte 4 – Os grupos devem finalizar as legendas e completar as fichas de cada desenho (tempo estimado: 1 h).

✓ Parte 5 – (2º dia, em plenária): Os mapas serão expostos juntos, os participantes irão verificar se faltam informações importantes. Toda nova informação deve ser desenhada pelo responsável e anotada em ficha. (tempo estimado: 1h).

Cor marrom	Cor vermelha	Cor amarela	Cor verde	Cor azul	Cor preta
limite da área de uso da família	uso recente (do ano passado até agora)	de uso há muito tempo	importante e/ou sem uso	uso potencial (futuro)	letras e números no mapa; escrever nome de rios e córregos, edificação no mapa (legível)

Exemplo da ficha de identificação

Atenção! Cada desenho é numerado e acompanha uma ficha separada e numerada.

Quilombo Morro Seco	
Carta-imagem: (I a IX) _____	Data da ficha: _____
Responsável pelo desenho:	Responsável pela anotação:
Número do desenho (1, 2, 3, n...):	Nome do lugar:
Edificações presentes: residência de fulano, escola, xxxx	
Tipo (Caso seja a mesma legenda, identificar como 1a, 1b, 1c ...; ou 2a, 2b,) 1a. Agrícola 1b. Agrícola	Descrição da legenda (máximo detalhe) 1a. Roça de mandioca, feijão e milho feita o ano passado. 1b. Roça de milho e mandioca recente.

2. Quintal	Pomar com cafezal
3a. Bananal 3b. Bananal	3a. mil pés de banana nanica plantados há dois anos. 3b. .coco da baía plantado junto com banana.
4. Pastagem	Pastagem de braquiária.
5 Desmatamento	Desmatamento em 2007, clandestino.
6. Represa/Açude/Barragem	Feita em 2002 para criação de tilápia.
7a. Capoeira 7b. Capoeira	7a. De 20 anos, antiga roça da família Modesto 7b. De dois anos
8a. Mata 8b. Mata	8a. Mata com dominância de palmeiras que pertence ao sítio do Pedro. 8b. Mata virgem
9. Trilha/estrada	Trilha peropava, 20 km, aberta na década de 1950
10. Repovoamento	Plantio de juçara
11.Outros usos (identificar na sequência)	
Classes de uso definidas	
Passado e Presente 1. Área de Uso da Família 2. Roça 3. Quintal 4. Bananal 5. Pupunha 6. Pasto 7. Capoeirinha 8. Capoeira 9. Capoeirão 10. Piscicultura 11. Área de Coleta de Recursos 12. Trilha, estrada 13. Área de Repovoamento de Palmito 14. Área sem uso	Futuro 1. Área de Uso da Família 2. Roças Futuras 3. Quintal 4. Bananal 5. Pupunha 6. Pasto 7. Capoeirinha 8. Capoeira 9. Capoeirão 10. Piscicultura 11. Área de Coleta de Recursos / área de manejo 12. Trilha, estrada 13. Área de Repovoamento de Palmito 14. Área de Conservação 15.Áreas que continuarão sem uso

Como foi usada: Para identificar os usos do território nas oficinas do mapeamento participativo.

Observação: As classes de uso são definidas previamente por meio do conhecimento que já se possui do território, porém nada impede acrescentar novas classes à medida em que sejam colocadas pela comunidade durante a oficina.

Exemplo da ficha de avaliação

Comunidade:				
1. Qual o seu grau de satisfação com a Oficina?				
Muito satisfeito ()	Pouco satisfeito ()			
Bem satisfeito ()	Nem um pouco satisfeito ()			
2. Em que medida os processos trabalhados nessa oficina podem ajudá-la (o) a entender e construir o planejamento territorial do quilombo?				
Ajudar muito ()	Ajudar pouco ()			
Boa ajuda ()	Não ajudar ()			
3. Por favor, atribua um valor de 1 a 4 de acordo com seu grau de satisfação em relação às sessões desta oficina (1 = pouco satisfeito ; 4 = muito satisfeito)				
Atividade	1	2	3	4
Abertura (apresentação, objetivos, acordos)				
Discussão sobre Patrimônio Cultural				
Discussão sobre Turismo no território				
Discussão sobre Projetos e plano de ação para o futuro				
Avaliação diária				
4. Qual o principal aprendizado dessa oficina?				
5. Como você percebeu o trabalho da equipe de coordenação?				
6. Comente sobre a infraestrutura (datas, horários, alimentação, local de trabalho).				
7. Alguma sugestão ou comentário que quiser.				
Como foi usada: Aplicada ao final de cada oficina para avaliação dos participantes sobre a atividade realizada				

**Exemplo de questionários para DRP – Diagnóstico Rural Participativo
questionário agrícola /extrativista aplicado**

Ficha 1 – Dados Gerais

Comunidade: _____ Município _____ Data: __/__/__

Nome do Entrevistador (a): _____

1. Nome da pessoa da pessoa que está respondendo o questionário _____

2. Qual o tamanho da (s) área (s) de uso da família? Marque a quantidade (em salamim, braça, alqueire, hectare ou quarta).

Area 1	
Area 2	
Area 3	

3. Quantas roças a família tem em uso? _____

4. Quantas roças a família tem em descanso? _____

5. Qual o estágio (idade) da vegetação nestas áreas de descanso. Marque X.

<input type="checkbox"/>	Capoeirinha (até 3 anos)
<input type="checkbox"/>	Capoeira (de 3 a 10 anos)
<input type="checkbox"/>	Capoeira Grossa (capoeirão de 10 a 15 anos)
<input type="checkbox"/>	Mata

6. O que produz em cada uma das áreas de roça? Marque X.

roça 1	<input type="checkbox"/>	milho	<input type="checkbox"/>	mandioca	<input type="checkbox"/>	cana
	<input type="checkbox"/>	arroz	<input type="checkbox"/>	pupunha	<input type="checkbox"/>	outros: _____
	<input type="checkbox"/>	feijão	<input type="checkbox"/>	banana	<input type="checkbox"/>	_____
roça 2	<input type="checkbox"/>	milho	<input type="checkbox"/>	mandioca	<input type="checkbox"/>	cana
	<input type="checkbox"/>	arroz	<input type="checkbox"/>	pupunha	<input type="checkbox"/>	outros _____
	<input type="checkbox"/>	feijão	<input type="checkbox"/>	banana	<input type="checkbox"/>	_____

roça 3	<input type="checkbox"/>	milho	<input type="checkbox"/>	mandioca	<input type="checkbox"/>	cana
	<input type="checkbox"/>	arroz	<input type="checkbox"/>	pupunha	<input type="checkbox"/>	outros: _____
	<input type="checkbox"/>	feijão	<input type="checkbox"/>	banana	<input type="checkbox"/>	_____
roça 4	<input type="checkbox"/>	milho	<input type="checkbox"/>	mandioca	<input type="checkbox"/>	cana
	<input type="checkbox"/>	arroz	<input type="checkbox"/>	pupunha	<input type="checkbox"/>	outros: _____
	<input type="checkbox"/>	feijão	<input type="checkbox"/>	banana	<input type="checkbox"/>	_____
roça 5	<input type="checkbox"/>	milho	<input type="checkbox"/>	mandioca	<input type="checkbox"/>	cana
	<input type="checkbox"/>	arroz	<input type="checkbox"/>	pupunha	<input type="checkbox"/>	outros: _____
	<input type="checkbox"/>	feijão	<input type="checkbox"/>	banana	<input type="checkbox"/>	_____

7. Que tipo de insumos a família usa nas roças? Marque X.

<input type="checkbox"/>	Agrotóxicos
<input type="checkbox"/>	Equipamentos de Segurança
<input type="checkbox"/>	Adbos Orgânicos (esterco, adubação verde)
<input type="checkbox"/>	Adbos Químicos
<input type="checkbox"/>	Não usa nada

8. Quais ferramentas utiliza? Marque X.

<input type="checkbox"/>	Foice ou roçadeira manual	<input type="checkbox"/>	Machado
<input type="checkbox"/>	Enxada	<input type="checkbox"/>	Facão
<input type="checkbox"/>	Enxadão	<input type="checkbox"/>	Roçadeira de motor
<input type="checkbox"/>	Penado	<input type="checkbox"/>	Bomba costal
<input type="checkbox"/>	Outro	<input type="checkbox"/>	Pá
<input type="checkbox"/>	Cavadeira	<input type="checkbox"/>	Matraca (plantadeira)
<input type="checkbox"/>	Saraquá (vanga)	<input type="checkbox"/>	

9. Utiliza maquinário? Marque X.

<input type="checkbox"/>	Trator
<input type="checkbox"/>	Tobata
<input type="checkbox"/>	Tração animal
<input type="checkbox"/>	Não usa nada
<input type="checkbox"/>	Outro. Qual? _____

10. Alguém da família é contratado ou trabalha por diária em áreas de roças de outras famílias?

<input type="checkbox"/>	sim
<input type="checkbox"/>	não

11. Tem nota do produtor?

<input type="checkbox"/>	sim
<input type="checkbox"/>	não. Por quê? _____

12. Você conhece o Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar)?

<input type="checkbox"/>	não
<input type="checkbox"/>	já ouviu falar
<input type="checkbox"/>	conhece bem

13. Você já pegou financiamento do Pronaf?

<input type="checkbox"/>	sim	
<input type="checkbox"/>	não	Por quê? _____

14. Você conhece o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)?

<input type="checkbox"/>	não
<input type="checkbox"/>	já ouviu falar
<input type="checkbox"/>	conhece bem

15. Você conhece o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)?

<input type="checkbox"/>	não
<input type="checkbox"/>	já ouviu falar
<input type="checkbox"/>	conhece bem

Ficha 2 – Produção/dados gerais

Comunidade: _____ Município _____ Data: ___/___/___

1. Quais produtos a família costuma plantar?

Produto	marque X	Nome da variedade 1	Nome da variedade 2	Nome da variedade 3	Nome da variedade 4	Nome da variedade 5
milho						
arroz						
feijão						
mandioca						
pupunha						
maracujá						
banana						
cana						
lichia						
inhame						
cará						
taioba						
batata doce						

Produto	marque X	Nome da variedade 1	Nome da variedade 2	Nome da variedade 3	Nome da variedade 4	Nome da variedade 5

2. De onde vêm as sementes que plantam? Marque X.

	Itesp	
	Catil/casa da agricultura	
	roça dos anos anteriores	
	troca com outros moradores ou comunidades	
	casa de agropecuária	
	outro	Qual: _____

3. Quantas pessoas trabalham na preparação do solo durante o ano?
Escreva o número de pessoas _____

3.1 Quantas pessoas trabalham no plantio das roças durante o ano?
Escreva o número de pessoas _____

3.1 Quantas pessoas trabalham na colheita das roças durante o ano?
Escreva o número de pessoas _____

3.2 As pessoas que trabalham na roça são: marque X.

	da família
	contratadas
	trabalham em mutirão
	outro _____

3.3 Se contratadas:

Quantas pessoas são? _____ Por quantos dias, em média no ano, são contratadas? ____

Qual o valor da diária? R\$ _____/dia

ATENÇÃO: A próxima ficha refere-se à descrição de cada variedade identificada na pergunta 1 da ficha nº 2. Lembre-se que para cada variedade de cada cultura/cultivo você deve preencher uma ficha nº 3. Por exemplo: se a pessoa planta milho da palha grossa e da palha roxa, terá que preencher duas fichas nº3, uma para cada variedade. Isso vale para qualquer variedade de qualquer produto.

Ficha 3 – Informação de cada variedade

1. Produto (Cultivo): _____

2. Variedade: _____

3. Em média, quantos dias de trabalho são necessários para preparação do solo, plantio e colheita desta variedade?
_____ dias

4. Quanto costuma plantar desta variedade? (responda em kg, litro, saca, caixa, unidade, outros) _____

5. Quanto produz na colheita desta variedade? (responda em kg, litro, saca, caixa, unidade, outros) _____

5.1 Do que a família colhe desta variedade, quanto fica para o consumo? _____

5.2 Do que a família colhe desta variedade, quanto fica para a venda? _____

5.3 Do que a família colhe desta variedade, quanto fica para a semente? _____

5.4 Do que a família colhe desta variedade, quanto troca com outros moradores? _____

5.5 Do que a família colhe desta variedade, quanto se perde? _____

6. O produto é processado antes de vender?

() sim () não

Se sim, quais os tipos de processamento?

Tipo de Processamento	Quantidade	Medida

7. Por quanto é vendido o produto?

Produto	Valor (R\$)	Medida

8. Para quem vende/Onde é vendido? Marque X.

<input type="checkbox"/>	Direto para o consumidor, incluindo vizinhos, parentes e amigos
<input type="checkbox"/>	PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)
<input type="checkbox"/>	PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)
<input type="checkbox"/>	Feiras
<input type="checkbox"/>	Comércio Local
<input type="checkbox"/>	Atravessador
<input type="checkbox"/>	Outros Qual? _____

Ficha 4 – Extrativismo no território

Comunidade: _____ Município _____ Data: __/__/__

1. Quais matérias-primas coletam na mata? Marque X			Para encontrar este recurso é: marque X		Em média, qual a distância da casa para encontrar a matéria-prima?	
Matéria-prima	Marque X	Local da coleta	Fácil	Difícil	Distância/tempo	Medida
cipó imbé						
cipó imbopeva						
taquara lisa						
taquara lixa						
taboa						
sementes nativas						
lenha						
madeira morta						
plantas medicinais						
palmito juçara						
outros						

2. Na família, quem coleta mais? Marque X.

() homem () mulher

3. O que faz com a matéria-prima coletada? Cite.

4. Vende o que é produzido? () sim () não

4.1 O que vende e por quanto vende cada produto?

Produto	Valor (R\$)	Medida

5. Para quem vende? Marque X.

<input type="checkbox"/>	Comércio local
<input type="checkbox"/>	Feiras
<input type="checkbox"/>	Atravessador
<input type="checkbox"/>	Outros moradores
<input type="checkbox"/>	Turistas

Considerações finais

O planejamento é um processo reflexivo, que exige muito diálogo, reuniões e a participação efetiva dos envolvidos. Pensar sobre o futuro, por exemplo, considerando que muitos dos jovens estão ausentes das comunidades, pode ser um tema sem sentido para alguns. Isto, entre outros motivos, dificultou a participação das pessoas no início do processo. Além disto, os problemas e desafios para superá-los podem ser diferentes para cada um. Como priorizar problemas tão diversos para atender a interesses comuns? Isto somente é possível quando quem participa do processo está disposto a dialogar e quando as partes envolvidas estão dispostas a abrirem mão do desejo individual para fortalecer o desejo coletivo.

✓ Envolver os jovens quilombolas na discussão sobre o futuro do território foi um processo que contribuiu para que conhecessem melhor o território.

✓ O relato apresentado neste caderno é o resultado de alguns anos de trabalhos com populações tradicionais e de aprendizados tirados da prática. Muitas lições são das comunidades, com seus saberes que nos ensinam como agir.

✓ O aprender, assim como o ensinar não acontece se os agentes envolvidos (técnicos e comunidades) não estiverem abertos para a troca

“Acho que o tema “planejamento” nos forçou a reflexões importantes e nos mostrou na prática o valor de se planejar. Sentimos na pele que quando as oficinas são planejadas e bem estruturadas, ou seja, quando estamos preparados para discutir um determinado assunto, até mesmo as situações mais complicadas são resolvidas com qualidade. E aí, é importante colocar que não é o “achar” que está preparado e sim, estar preparado verdadeiramente. Nesse caminho aprendemos tanto quanto ensinamos e essa troca foi e sempre será o mais importante. (Maria Fernanda/ISA)”.

✓ Deseja-se que as recomendações, as técnicas e ferramentas metodológicas descritas, inspirem outras organizações e as comunidades a executarem projetos participativos, considerando a diversidade socioambiental e que assim possam transformar suas realidades.

Bibliografia de referencia

- ANDRADE, Suely Gregori. **Teoria e prática de dinâmica de grupo:** jogos e exercícios. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- BARTH, Fredrik. Introduction. In: BARTH, F. (Ed.). **Ethnic groups and boundaries.** London: George Allen; Oslo: Unwin/Universitets Forlaget, 1969. p. 9-38.
- BREDE, D.; RAMOS, L. **Desenvolvimento organizacional participativo:** fortalecimento de organizações de base. Recife: GTZ - Programa DLS (Desenvolvimento Sustentável Local), ago. 2004.
- CARVALHO, I. C. M. As transformações na cultura e o debate ecológico: desafios políticos para a educação ambiental. In: PÁDUA, S. M; TABANEZ, M. F. (Org.). **Educação ambiental:** caminhos trilhados no Brasil. Brasília: IPE; FNMA, 1997.
- CONSALTER, Maria Alice. **Elaboração de projetos:** da introdução à conclusão. Curitiba: Ibpex, 2007.
- Dinâmicas de grupos.** Disponível em : http://america.volensarchive.org/dinamicas.pt_br>. Acesso em: 3 abr. 2011.
- Dinâmicas para grupos.** Disponível em: <http://dinamicasparagrupos.blogspot.com.br/dinamicasdiversas>>. Acesso em: 6 out. 2011.
- FARIA, A. A. C.; NETO, P. F. **Ferramentas do diálogo - qualificando o uso das técnicas do DRP:** diagnóstico rural participativo. Brasília: MMA; IEB, 2006.
- FARIA, A. A. C. **O uso do diagnóstico rural participativo em processos de desenvolvimento local:** um estudo de caso. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, UFV, Viçosa, 2000.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p.
- GODOY, Christiane; DUARTE, Mariana. **Oficina de elaboração, administração e avaliação de projetos.** São Paulo: SMA; Fehidro. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/EA/projetos/Apostila_Elab_projetos.pdf>. Acesso em: 4 out. 2010.
- ITESP. **Caderneta de campo.** São Paulo, 2009. Documento interno.
- Jogos Cooperativos.** Disponível em: http://www.cdcc.sc.usp.br/CESCAR/Conteudos/26-05_07/Dinamicas_Jogos_Cooperativos.pdf>. Acesso 4/4/2011.
- KISIL, Rosana. **Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil.** São Paulo: Global, 2001.
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental.** São Paulo: Cortez, 2004.
- O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos:** identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV; ABA, 2002. 296 p.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 47-77, abr. 1998.
- SANTOS, Katia M. Pacheco dos; TATTO, Nilto. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008.
- SORRENTINO, M. Crise ambiental e educação. In: QUINTAS, J. S. (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente.** Brasília: Ibama, 2000.
- STRABELI, José. **Gestão de associações no dia-a-dia.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.
- TASSARA, E. T. O. de. **Avaliação de projetos sociais:** uma alternativa política de inclusão? São Paulo: Laboratório Social, 2002. Texto baseado em palestra apresentada no curso “Avaliação de projetos sociais: construção de indicadores”.
- THIOLLENT, M. **Metodologias da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1986. 72 p.
- VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. Introdução. In: _____. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais:** conceitos, métodos e experiências. Florianópolis: APED & SECCO, 2005. p. 13-42.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pasinato, Raquel

Planejamento territorial participativo : relato de experiências em comunidades quilombolas do Vale do Ribeira-SP / Raquel Pasinato. -- São Paulo : Instituto Socioambiental, 2012.

1. Comunidade – Desenvolvimento 2. Desenvolvimento econômico - Aspectos ambientais 3. Desenvolvimento sustentável 4. Participação social 5. Quilombos - Vale do Ribeira (SP) I. Título.

12-10767

CDD-363.7981612

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunidades Quilombolas : Vale do Ribeira : São Paulo : Estado : Desenvolvimento sustentável : Planejamento territorial participativo : Bem-estar social 363.7981612



TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 2.000 EXEMPLARES
IMPRESSÃO E ACABAMENTO: PANCRUM INDÚSTRIA GRÁFICA

PROJETO PLANEJAMENTO TERRITORIAL ESTRATÉGICO: UMA FERRAMENTA DE GESTÃO PARA OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Este projeto aconteceu no âmbito das atividades do Programa Vale do Ribeira do ISA, dando continuidade às ações iniciadas com a *Agenda Socioambiental Quilombola*, e teve como objetivo desenvolver um instrumento de organização e planejamento do território junto às comunidades quilombolas de São Pedro, município de Eldorado/SP e Morro Seco, município de Iguape/SP, considerando as premissas do Programa Nacional de Educação Ambiental. As formas existentes de uso da terra e a imensa diversidade biológica das áreas florestadas nos territórios, apresentam diversas possibilidades para que estas comunidades reorganizem seu espaço territorial na busca de um desenvolvimento local sustentável.

Para desenvolver um instrumento de organização e planejamento do território quilombola, é necessário considerar a contribuição da educação ambiental no desenho de práticas sustentáveis de gestão dos recursos naturais.

O Projeto iniciou com atividades participativas de estímulo ao processo de sensibilização ao tema. Em seguida, ocorreu a revisão e priorização das demandas definidas durante a elaboração da *Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira* pelos moradores das comunidades envolvidas neste Projeto. Nesta etapa foram aprofundados temas relativos à legislação/adequação ambiental, fortalecimento associativo, economia / agricultura, extrativismo, patrimônio cultural, turismo. Estes temas foram trabalhados com os comunitários com o objetivo de oferecer subsídios para a elaboração de planos de ação e projetos para o futuro do território. O projeto também realizou atividades como levantamento de dados detalhados do território, escolha de indicadores locais e compilação destas informações em mapas. Estas atividades deram suporte ao planejamento territorial e aos planos de ação e nas discussões de implementação.

Coordenação Geral: Nilto Tatto

Coordenação Técnica: Raquel Pasinato

Coordenação de Geoprocessamento pelo ISA: Maria Fernanda do Prado

Colaboradores: Rosely Alvim Sanches (Doutoranda NEPAM/UNICAMP); Timburi Assessoria Ambiental e Comunicação Ltda.; Moraes Pestana Consultoria em Informática Ltda; Geocart Geoprocessamento e Cartografia Ltda; Zanchetta & Zanchetta Comunicação Ltda.; Ignez Maricondi (ITESP); Vagner Virgílio Santos (Programador); Maria Sueli Berlanga (EAACONE/MOAB); Laboratório de Geoprocessamento do ISA, Equipe de documentação do ISA; Equipe de administração do ISA, Diretorias das associações quilombolas envolvidas, em especial Aurico Dias e José da Guia (quilombo São Pedro) Hermes Modesto (Quilombo Morro Seco) e agentes locais.

A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Implementar políticas públicas voltadas ao atendimento das demandas dos territórios quilombolas é um constante desafio para as organizações locais que aumenta à medida que muitos conflitos socioambientais se colocam para estas comunidades. A legislação ambiental, por exemplo, tem dificuldades de compatibilizar o modo de vida destas populações com os interesses da conservação.

Para garantir seu desenvolvimento e sobrevivência de forma sustentável e inclusiva, as comunidades precisam de políticas e programas capazes de alinhar suas demandas e expectativas com as diferentes normas e legislações vigentes. No âmbito federal, algumas ações visando criar políticas públicas de desenvolvimento dos territórios de quilombos foram implementadas, como a criação da Secretaria Especial para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir) – com área específica para tratar da questão quilombola; a Fundação Cultural Palmares – que assumiu papéis no processo de reconhecimento, e a criação de estruturas específicas em outros ministérios para tratar da pauta quilombola, nas áreas de saúde e educação, por exemplo.

Políticas e programas normatizados e operados por diferentes atores como os ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e o do Meio Ambiente atuam na região, dentro do Programa Território da Cidadania. Estes programas contam ainda com a retaguarda de instituições governamentais estaduais (como Instituto de Terras do Estado de São Paulo e a Coordenadoria de Assistência Técnica e Extensão Rural) ou municipais (prefeituras) que oferecem apoio técnico na gestão e execução dos projetos.

Os programas de financiamento e incentivos, de alguma forma deveriam impulsionar o desenvolvimento. O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), por exemplo, abre a possibilidade de o agricultor assumir gradativamente empréstimos de maior monta, estabelecendo faixas de créditos que vão de R\$ 1.500,00 a R\$ 600.000,00 se o empréstimo for de responsabilidade coletiva. Quanto menor o valor do financiamento maior o subsídio. O Pronaf, assim como outras políticas públicas, poderia ser aprimorado incluindo a questão da gestão territorial em seus critérios de concessão de crédito. No entanto, o Pronaf para os quilombolas é o mesmo da agricultura familiar, não havendo diferenciação que considere a agricultura tradicional (ausência de insumos químicos, práticas orgânicas, agricultura de pousio) e isto, muitas vezes contribui para introdução de técnicas de manejo inadequadas ao modo de vida quilombola, ameaçando a segurança alimentar, ao invés de promovê-la.

Os programas de Aquisição de Alimentos (PAA), do governo federal e o PPAIS (Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social) estão chegando às comunidades e, em geral, são bem aceitos, pois incorporam diferentes variedades de alimentos e não cobram produção de escala. Cada produtor entrega a quantidade e a diversidade disponível para venda. No entanto, o Estado oferece o programa e não capacita, nem informa sobre a gestão do projeto dentro da associação quilombola, o que muitas vezes gera problemas e conflitos internos que poderiam ser evitados se fosse incluída a gestão comunitária ou individual no processo de comercialização. No Vale do Ribeira, algumas comunidades recebem esta orientação do Itesp, mas o órgão não consegue atender a todas.

No caso do PNAE (Política Nacional de Alimentação Escolar) a formalização, capacitação e inserção das comunidades no programa deveriam ser realizadas pelas prefeituras municipais ou mesmo por órgãos de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) que atuam nos municípios. No entanto, a percepção dos técnicos que trabalham diretamente nas comunidades é que mesmo as prefeituras não estão suficientemente preparadas para mobilizar, capacitar e incluir os quilombolas no programa. No momento, são poucas as prefeituras do Vale que têm buscado informar e orientar os agricultores a esse respeito.

A diversidade de linhas de ação e a falta de comunicação entre as instituições muitas vezes resulta na baixa efetividade dos resultados alcançados. A elaboração de um planejamento de médio prazo de comum acordo com a comunidade, com planos de ação anuais poderia ser um instrumento para potencializar estes programas, facilitando a gestão de conflitos entre os atores locais. Este processo, para ser efetivo, deverá estar embasado no levantamento de informações espaciais e de potencialidades locais que necessitam, para sua execução, de um conjunto de ferramentas e instrumentos complexos pouco amigáveis para a realidade destas comunidades. Outra dificuldade para o levantamento de informações está em como construir laços de confiança e gerenciar conflitos, especialmente porque o Estado executa melhor o papel de fiscalizador e poder de polícia do que o papel de capacitador.

A CONTRIBUIÇÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS TERRITÓRIOS

Na tentativa de contribuir para que os programas e políticas existentes tenham efetividade e sejam desenvolvidos de forma cooperativa pela rede de parceiros envolvidos com as comunidades quilombolas, o ISA vem desenvolvendo ações de planejamento e gestão territorial no Vale do Ribeira. Um bom exemplo é a *Agenda Socioambiental das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira*, publicada em 2008, com 14 comunidades – http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/agenda.pdf. Neste processo, as comunidades levantaram suas demandas e espacializaram o uso e ocupação da terra.

O resultado deste trabalho demonstrou que as comunidades têm demandas comuns com o mesmo nível de prioridade. As cinco demandas prioritárias na Agenda estão relacionadas com a permanência de crianças e jovens na comunidade, com o fortalecimento de seus laços culturais por meio do resgate e valorização de seus bens culturais, com a construção de um projeto de futuro compartilhado e com a garantia da inclusão social de seus descendentes, conhecendo melhor seus direitos e deveres.

A partir de 2011, o ISA passou a aprimorar o trabalho da Agenda, realizando o planejamento territorial com duas comunidades, cujo relato metodológico está descrito nesta publicação e por meio do qual, o ISA desenvolveu de forma participativa um plano de ação e projetos, que contemplam a solução das demandas, apontando formas de fazer.

A realização deste processo de planejamento participativo, é uma forma de contribuir para as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável e dos territórios quilombolas promovendo a inclusão econômica e social.

apoio:



Ministério do
Meio Ambiente

